

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ÂNGELA PATRÍCIA LIMA DE SOUZA

**A INTERAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A TRANSIÇÃO
DEMOGRÁFICA DO BRASIL NO SÉCULO XX**

**Porto Alegre
2012**

ÂNGELA PATRÍCIA LIMA DE SOUZA

**A INTERAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A TRANSIÇÃO
DEMOGRÁFICA DO BRASIL NO SÉCULO XX**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade Federal de Roraima.

Orientador: Sérgio Marley Modesto Monteiro

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

S729i Souza, Ângela Patricia Lima de
A interação entre o desenvolvimento econômico e a transição demográfica do Brasil no século XX / Ângela Patricia Lima de Souza. – Porto Alegre, 2012.
76 f.: il.

Orientador: Sérgio Marley Modesto Monteiro.

Ênfase em Desenvolvimento e Integração Econômica.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2012.

1. Demografia. 2. Transição demográfica : Migração. 3. Desenvolvimento econômico . I. Monteiro, Sérgio Marley Modesto. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Universidade Federal de Roraima. IV. Título.

CDU 314

ÂNGELA PATRÍCIA LIMA DE SOUZA

**A INTERAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A TRANSIÇÃO
DEMOGRÁFICA DO BRASIL NO SÉCULO XX**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissional, do curso de Mestrado Interinstitucional Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade Federal de Roraima.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2011.

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira
UFRR

Prof. Dr. Júlio Cesar de Oliveira
UFRGS

Pro. Dr. Ronald Hillbrecht
UFRGS

Dedico este trabalho ao meu grande amor,
Carlos Heider.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Sérgio Marley Modesto Monteiro, pela sua paciência e preciosas orientações.

À Professora Ana Zuleide, por acreditar na conclusão deste trabalho.

Aos colegas de trabalho Vicente Joaquim e Guilherme Cornely, pelo incentivo e apoio recebido.

A minha querida tia Rozimar, que me acolheu com todo carinho no período em que estive em Porto Alegre, na fase de estágio.

A todos os amigos e familiares que torceram por mais esta conquista em minha vida.

E, principalmente, a minha família querida, meu marido Carlos Heider, meus filhos: Leonardo, Eduardo e Ana Paula.

(...) encontraremos, na experiência do passado, na observação dos progressos que as ciências e a civilização fizeram até aqui, na análise da marcha do espírito humano e do desenvolvimento das suas faculdades, os motivos mais fortes para acreditar que a natureza não pôs nenhum limite às nossas esperanças.

Marquês de Condorcet

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo da interação do desenvolvimento econômico brasileiro ocorrido no século XX com a transição demográfica da mesma época. A mudança de comportamento da população brasileira nos mostra grande influência da economia, mas também que a evolução demográfica foi essencial para o desempenho econômico. O Brasil chegou ao final do século passado completamente diferente, tanto no âmbito econômico como demográfico, do país de 1900. Quando o centro da pirâmide etária brasileira alargou, o país pôde aproveitar uma indispensável variável para o desenvolvimento econômico, o capital humano. O Brasil termina o século XX com a maioria de sua população em idade ativa e vivendo um período de “Bônus Demográfico”, condição propícia ao desenvolvimento econômico. Resta agora aproveitar os resultados destas mudanças.

Palavras-chave: Transição Demográfica. Bônus Demográfico

ABSTRACT

This paper presents a study of the interaction of Brazilian economic development occurred in the twentieth century with the demographic transition at the same era. The population's behaviour change shows great influence of the economy, but also that the demographic evolution was essential to economic performance. Brazil has reached the end of the last century completely different, both in economic and demographic scope, from the population of 1900. When the centre of the Brazilian age pyramid widened, the country could enjoy a vital crucial variable for economic development, human capital. Brazil ends the century with most of its population at working age and living in a period of "demographic bonus", a condition conducive to economic development. It remains now to enjoy the results of these changes.

Keywords: demographic transition, demographic bonus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	10
2.1 <i>A Transição Demográfica no Brasil no século XX.....</i>	10
2.2 <i>A Interação Entre o Desenvolvimento Econômico e a Transição Demográfica</i>	13
2.3 <i>Referencial Teórico</i>	18
3 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL.....	26
3.1 <i>A Taxa de Crescimento da População até a Década de 1930.</i>	29
3.2 <i>O Aumento da População</i>	32
3.3 <i>A Queda da Fecundidade a Partir de 1980.</i>	33
3.4 <i>Mudança no Formato da Pirâmide Etária</i>	37
4 IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO.....	41
4.1 <i>Da Formação Industrial até 1930.....</i>	42
4.2 <i>A Industrialização a Partir de 1930 até a Década de 1970.</i>	45
4.2.1 <i>O Fluxo Migratório Dentro do País</i>	51
4.2.2 <i>Década de 1960, Instabilidade Política e Desaceleração da Economia.....</i>	54
4.2.3 <i>O Milagre Econômico</i>	56
4.2.4 <i>O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)</i>	58
4.3 <i>Período de Estagnação do Desenvolvimento Econômico.</i>	60
4.4 <i>A Década de 1990</i>	63
4.5 <i>Novo Panorama Econômico, Nova Estrutura Demográfica.....</i>	66
5 CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos cem anos, o comportamento ou modo de viver da população brasileira mudou consideravelmente, graças a um fenômeno denominado pelos demógrafos de Transição Demográfica. Mas o que seria este fenômeno capaz de mudar tão rapidamente o modo de viver de toda uma nação? Tentando entender o motivo da mudança demográfica, observamos que determinada população muda conforme modifica o desenvolvimento econômico de seu país.

A relação entre desenvolvimento e população vem sendo discutida desde séculos passados. No século XVIII, por exemplo, o que mais preocupava era o crescimento desordenado da população. Países populosos eram associados a países pouco desenvolvidos. Então, a grande questão era: seria o crescimento da população o fator responsável pelo subdesenvolvimento das nações?

Um dos primeiros pesquisadores sobre essa interação entre desenvolvimento econômico e evolução demográfica foi o Marquês de Condorcet, que publicou em 1794 o livro “Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano”. Em seu Esboço, Condorcet sempre se apresentou otimista quanto à racionalidade do homem frente às ameaças da vida. Quatro anos depois, contestando o otimismo de Condorcet, Malthus publica o “Ensaio Sobre a População”, onde enfatiza que a superpopulação seria o principal fator de subdesenvolvimento e pobreza de uma nação.

O tema continuou sendo alvo de discussão por diferentes correntes de pensamentos. Até hoje, otimistas e pessimistas apresentam suas teorias sobre desenvolvimento/população, a fim de encontrar o caminho da prosperidade e felicidade da humanidade.

No início do século passado, Warren Thompson, observando as mudanças demográficas ocorridas nos países industrializados, apresentou um artigo sobre a teoria da transição demográfica (ALVES, 2002). Segundo ele, uma sociedade pré-industrial passa por profundas mudanças, até alcançar o status de sociedade pós-industrial.

A transição demográfica de Thompson apresenta quatro fases distintas de situação demográfica. A primeira fase seria a situação das sociedades pré-industriais, na qual as taxas de natalidade e de mortalidade são elevadas. Com o

início da industrialização, as taxas de mortalidade se reduzem, dando início a segunda fase da transição demográfica. A terceira fase se apresenta quando as taxas de natalidade começam a cair. Por fim, a principal característica da quarta fase é a estabilização do crescimento populacional.

No Brasil, essas mudanças ocorreram durante todo o século XX. Até 1930 o país vive a fase pré-industrial, com todas as características de uma sociedade exploradora do setor primário: com a grande maioria de sua população vivendo em áreas rurais; sem assistência médica ou de infraestrutura adequada; baixo índice de escolaridade, com mais de 70% de analfabetos no país; e altas taxas de natalidade e mortalidade. As migrações de estrangeiros eram as principais causas do crescimento da população.

A partir de 1930, o país começa a se industrializar e a viver as outras três fases da transição demográfica de Thompson. A esperança de vida que em 1900 era de 34 anos de idade, sobe para 44 anos em 1940 e 54 anos na década de 1960. No final do século a esperança de vida mais que dobrou, alcançando a marca de 70 anos de idade.

Essa nova realidade nos levou a formular o problema central de pesquisa: “Qual a relação entre o processo de transição demográfica e o desenvolvimento do Brasil no último século?”

Com a industrialização, a oferta de emprego pela indústria fez com que a população brasileira migrasse do campo para os grandes centros, em busca de trabalho. Este fato aconteceu de forma muito rápida, mudando radicalmente o panorama demográfico do Brasil, que começou o século XX com 70% de sua população habitando em áreas rurais e encerrou o século com 80% dos domiciliados em áreas urbanas.

O aglomerado de pessoas nas cidades desenvolveu um terceiro setor da economia, o de serviços, que surgiu para atender às mudanças de comportamento da população urbana. A tecnologia também avançou não só para os meios de produção, mas também para atender às necessidades dessas pessoas.

O crescimento populacional nos centros urbanos, tanto das grandes cidades como daquelas consideradas de médio porte, o aumento da expectativa de vida e do número de idosos, aliados à queda da taxa de fecundidade, serão fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico iniciado no final do século XX? Ou será a quarta fase da transição demográfica, um problema para a nação no início do

século XXI?

O objetivo principal deste trabalho é o de apresentar um histórico dos primeiros registros da transição demográfica frente às mudanças econômicas no Brasil ao longo do sec. XX. O estudo será baseado na pesquisa de fontes bibliográficas com especial ênfase nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, para os assuntos demográficos. Proceder-se-á à combinação de pesquisa bibliográfica, através da seleção de livros, jornais, revistas e documentos de órgãos institucionais relacionados ao tema. Apresentaremos a análise e interpretação dos dados obtidos, dos aspectos socioeconômicos da população do Brasil, através de tabelas e gráficos, além de texto expositivo e analítico.

Frente às grandes transformações vividas pela sociedade, num período considerado curto para tantas mudanças, os governos vêm tentando se adaptar, com o intuito de melhor atender às necessidades de sua nação. Nessa linha de raciocínio, entendemos que o estudo da interação da transição demográfica com o desenvolvimento econômico, é essencial para observarmos o que causou a mudança de comportamento dos indivíduos num espaço de tempo tão pequeno; como as mudanças nesse comportamento humano geraram mudanças produtivas; e o que esperar de uma população em que hoje há menos nascimento e se vive mais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Antes mesmo da demografia ser considerada uma ciência, o movimento da população, em determinado tempo e espaço, já interagiu com o desenvolvimento econômico, o que despertou o interesse de várias ciências sociais.

2.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL NO SÉCULO XX

A palavra demografia, segundo Souza (2006), origina-se da fusão dos termos gregos *demos* (povo) e *grafia* (registro), ou seja, registro da população. Para Carvalho (1998), demografia refere-se ao estudo das populações humanas e sua evolução temporal no tocante a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais. Carvalho (1998, p. 7) esclarece ainda que:

A demografia trata dos aspectos estáticos de uma população num determinado momento – tamanho e composição- assim como também da sua evolução no tempo e da inter-relação dinâmica entre as variáveis demográficas.

A demografia existe desde meados do século XIX, auxiliando diversas outras áreas das Ciências Sociais, como Sociologia, Antropologia e Economia. No âmbito econômico, a demografia ganhou espaço a partir da necessidade de entendimento das relações sociais de produção, da divisão do trabalho, da escassez, distribuição da riqueza e dos fatores de produção (SOUZA, 2006).

A transição demográfica, mencionada em um artigo de 1929 pelo demógrafo Warren Thompson, refere-se às mudanças de uma determinada população que passou pelo processo de industrialização. Nas sociedades pré-industriais as taxas de natalidade e de mortalidade são elevadas. Com a industrialização, as taxas de mortalidade se reduzem devido às melhores condições de vida, o que faz com que as taxas de natalidade, que continuam altas, elevem o crescimento vegetativo¹ da população. Com a continuação do desenvolvimento industrial e do crescimento econômico, as taxas de natalidade caíram, reduzindo assim o crescimento

¹ Crescimento Vegetativo: é a diferença do número de pessoas que nascem para o número de pessoas que morrem, em determinado espaço e tempo.

vegetativo de forma natural, (SOUZA, 2006).

O Brasil passou por todas as fases de uma transição demográfica no século XX. O país que inicia esse século com pouco mais de 17 milhões de habitantes chega ao ano de 1970 com 93 milhões de pessoas e atinge a marca de 170 milhões de habitantes em 2000, ou seja, nos últimos 30 anos do século a população quase dobrou de tamanho (IBGE, 2006). A esperança de vida que até 1940 era de 44 anos passa para 54 anos em 1960, e a taxa de fecundidade que até 1940 era de 6,3 filhos por mulher cai para 5,8 em 1960. Alves e Bruno (2006, p. 04) citam:

O Brasil pode ser descrito como um cenário clássico do fenômeno da Transição demográfica. Durante a primeira metade do século XX as Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) se reduziram de maneira significativa, especialmente após o fim das duas grandes Guerras Mundiais. Neste período as Taxas Brutas de Natalidade (TBN) permaneceram elevadas e só passaram a cair continuamente a partir de meados da década de 1960. Como as taxas de mortalidade tiveram uma trajetória de declínio de forma antecipada e em ritmo mais rápido do que as taxas de natalidade, houve uma aceleração do crescimento vegetativo da população em relação a todos os períodos históricos anteriores. Nas décadas de 1950 a 1960 a população cresceu aproximadamente 3% ao ano. Mesmo levando-se em consideração esta desaceleração do crescimento demográfico a partir da segunda metade dos anos de 1960, as três décadas que cobrem o período de 1950 a 1980 foram marcadas pelo maior crescimento vegetativo de toda a história brasileira, apresentando uma taxa média de crescimento de 2,8% ao ano.

Em 1970 a taxa de natalidade começou a apresentar sinais de queda. Segundo Martine, Carvalho e Arias (1994), em 1980 a taxa de fecundidade caiu para 4,3 filhos por mulher e a esperança de vida ao nascer chega a 59,9 anos. Nesse ritmo, o crescimento vegetativo para este ano é de 1,9%. É interessante ressaltar que o declínio da fecundidade ocorreu no Brasil sem qualquer política oficial de controle de natalidade. Para Neri (2005), a taxa de fecundidade continua apresentando forte queda nas duas décadas seguintes com média de 2,9 filhos em 1991 e 2,3 em 2000.

Na medida em que as fases da transição demográfica acontecem, podemos observar o quanto muda, também, a estrutura e o comportamento da população. Segundo Alves (2002) o controle da fecundidade passa a ser uma decisão consciente e racional, pois os casais percebem os benefícios e vantagens da redução do número de filhos. A queda da taxa de fecundidade, resultado da disponibilidade de métodos contraceptivos, muito contribuiu para essa nova fase

onde se observa a redução do tamanho das famílias e as mudanças em sua estrutura. Osório e Piola (2002, p. 02) citam:

Existem vários estudos sobre as famílias brasileiras e as transformações por que tem passado ao longo do século XX, especialmente na segunda metade. Uma destas transformações é o aumento das famílias chefiadas por mulheres, relacionado, principalmente, com o movimento feminista, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, com o envelhecimento da população, e com a flexibilidade dos padrões tradicionais de formação de famílias, esta última especialmente a partir da legalização do divórcio, no final da década de 1970.

Outro fenômeno que mudou o retrato da população foram as migrações internas ocorridas no Brasil ao longo do século passado, principalmente o grande fluxo a partir de 1940. Aydos (2009) destaca que a sociedade brasileira passou de uma sociedade proeminentemente rural no início do século XX, para uma complexa sociedade urbano-industrial no fim do mesmo século. Embora tenha acontecido de forma muito rápida e desordenada, a urbanização brasileira trouxe benefícios e qualidade de vida para a sociedade em geral.

Um exemplo, segundo Alves (2004), da melhor qualidade de vida dos moradores dos centros urbanos, foi o crescimento dos domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água. O número de domicílios ligados à rede geral de água saltou de 2,8 milhões (21%) em 1960 para 34,9 milhões (78%) em 2000. Outros serviços de infraestrutura também saltaram em quantidade e qualidade, como a coleta urbana do lixo domiciliar e a rede de esgoto.

Assim, o Brasil chegou à última década do século XX com características da quarta fase da transição demográfica, ou seja, baixa taxa de mortalidade, baixa taxa de fecundidade e baixo índice de crescimento vegetativo. Com 169,799 milhões de habitantes, segundo Censo Demográfico de 2000, a população se apresenta mais velha, mudando o formato da pirâmide etária.

Entre 1970 e 2000, a participação de pessoas com até 14 anos de idade caiu de 42% para 29,5%, e o número de idosos, com 65 anos ou mais, cresceu de 3,1% para 5,9%. Enquanto a base da pirâmide se estreitou e o seu topo cresceu, seu centro também se modificou apresentando-se mais largo, pois a representação da população de 15 a 64 anos de idade passou de 54,8% para 64,6%.

2.2 A INTERAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Os primeiro países que sofreram o fenômeno da Transição Demográfica foram também, não por coincidência, os primeiros países a se industrializar. Portanto, segundo Sartoris e Souza (2004), a Revolução Industrial seria um marco do início de toda a mudança de comportamento das sociedades, em diferentes países, nos últimos dois séculos. No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, a Transição Demográfica começou a se manifestar a partir do século XX.

Somente na segunda metade do séc. XIX, incentivada com a elevação das tarifas alfandegárias em 1844, disponibilidade de mão-de-obra, que embora desqualificada era abundante e de baixo preço, e com a produção de algodão, matéria-prima de grande importância, é que se deu o desenvolvimento de uma pequena indústria brasileira, inicialmente explorando o setor têxtil.

As dificuldades que impediam o desenvolvimento industrial eram significativas. O Brasil apresentava as seguintes deficiências: nas suas fontes de energia, indispensáveis para a moderna indústria máquina-fatureira da época; no setor siderúrgico, apesar de suas reservas de ferro serem abundantes em qualidade e quantidade, eram localizadas em áreas de difícil acesso, longe dos centros industriais; nos mercados consumidores, principalmente o mercado interno. Conforme Prado Júnior (2006, p 258):

O nível demográfico e econômico do país e o padrão de vida da sua população eram ínfimos. Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizadas em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. Os poucos milhões de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6.000 Km de extensão, e sobre uma área superior a 8 milhões de Km²; agrupam-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contatos apreciáveis. Era assim constituído o mercado que se oferecia à indústria brasileira; não lhe podia ser mais desfavorável.

Com um grande percentual de sua população residindo em áreas rurais, já

que sua produção agrícola era quem sustentava o país, faltava no Brasil aglomeração de população nos centros urbanos, onde se produz e consome mais produtos e serviços. Ou seja, o desenvolvimento industrial e conseqüentemente o econômico se arrastava por falta de pessoas com poder aquisitivo para comprar os produtos industrializados.

No início do século XX o Brasil ainda é um país agrícola. Seu principal produto o café, apresentava números estimulantes de 16,3 milhões de sacas em 1901-02, segundo Furtado (2007). O país supria três quartos da oferta mundial, o que despertou o interesse dos agricultores por esse produto, resultando num excesso de produção. O governo passou a intervir no mercado, comprando o excedente e desencorajando a expansão das plantações. Mas esse mecanismo de defesa da economia cafeeira só funcionou até a crise mundial de 1929.

Mesmo com a economia brasileira sustentada pelo setor agrícola, o setor industrial continuou crescendo. Em 1907, com a realização do primeiro censo das indústrias, foram contados 3.258 estabelecimentos industriais, que empregavam 150.841 operários. O Distrito Federal liderava a concentração de indústrias (33%), seguidas por São Paulo (16%) e Rio Grande do Sul (15%). Enquanto isso, a população brasileira continuava dispersa e o crescimento vegetativo minguava, como cita Gremaud (2010, p. 17):

No Brasil, a evolução da população ao longo do século XX, levando-se em conta os elementos anteriores, apresentou algumas mudanças importantes. No início do século, o Brasil possuía uma população considerada aberta, isto é, as migrações externas em direção ao Brasil ainda eram significativas, especialmente de italianos e portugueses, mas também de espanhóis e japoneses. Parte do crescimento populacional brasileiro, até a década de 30, é explicada por essa entrada de estrangeiros no país. O crescimento vegetativo, isto é, a diferença entre nascimento e óbitos, explicava o restante do crescimento populacional. Deve-se ressaltar que, neste período, tanto a taxa de natalidade, quanto a taxa de mortalidade eram bastante elevadas, sendo a primeira superior à segunda.

A grande seca do nordeste em 1877-1879, a abolição da escravatura em 1888, e a decadência do café no início do século XX, contribuíram para a formação de um exército de pessoas desocupadas, sem rendimentos permanentes, muitas vezes sem sequer moradia, com baixíssima ou nenhuma qualificação profissional. Assim, fazendeiros e industriais optavam por contratar os imigrantes, já que estes chegavam com algum conhecimento técnico, além de já terem experiência com o

trabalho assalariado, sendo mais disciplinados e produtivos. Segundo Lacerda (2010), de 1880 a 1930 chegaram ao Brasil mais de quatro milhões de imigrantes.

Em 1921, inicia-se uma tímida restrição à imigração, com a proibição da entrada de estrangeiros doentes e idosos. Com o crescimento da oferta de mão-de-obra, a partir de 1930 novas e mais rigorosas restrições foram impostas (LACERDA, 2010). Até então, a reserva de mão-de-obra formada por brasileiros nativos era pouco utilizada, e quando estes conseguiam uma colocação os salários pagos eram miseráveis, bem inferiores aos pagos aos estrangeiros. Este quadro gerava uma insatisfação nas pessoas, que se agravava com a falta de infraestrutura encontrada nas cidades. O crescimento vegetativo era baixo, pois a desnutrição e as epidemias elevava muito a taxa de mortalidade. Em 1920, o Brasil tinha pouco mais que 30,6 milhões de habitantes.

Com a crise do café surgiram novos estímulos para o investimento na indústria. Os grandes produtores da elite do café, muitos deles também faziam parte da vida política do país, passaram a investir seu capital no setor industrial, tornando-se empresários capitalistas. Outro grupo social do qual saiu grande parte dos empresários da indústria foram os comerciantes importadores e exportadores e os empresários imigrantes (LACERDA, 2010).

A partir da década de 1930, a indústria brasileira passa a ser o fator determinante da dinâmica econômica. A Grande Depressão de 1929 é considerada o marco do processo de consolidação da produção industrial brasileira. Mas, apesar de o café perder o posto de principal produto da economia brasileira, a produção agrícola continuou a superar a industrial por mais de 20 anos. Somente em 1956 a situação se inverte. Lacerda (2010, p.68) completa:

A indústria brasileira tornou-se o principal fator de crescimento do país a partir da Grande Depressão dos anos 1930. A crise da economia cafeeira foi um grande estímulo para o aprofundamento da industrialização, iniciadas já nas décadas finais do século XIX. O avanço da industrialização deu-se por meio do processo de substituição de importações, começando com bens de consumo não duráveis, como alimentos e tecidos, e evoluindo na direção de bens de consumo duráveis e de capital.

O crescimento industrial intensificou a urbanização a partir de 1930. Neste mesmo período, o governo Federal lançou uma série de políticas sociais direcionadas à saúde pública, previdência social, assistência médica, educação

básica e ordenamento de mercado. Segundo Patarra (2003), os efeitos de tais medidas reforçaram a atração pelas cidades. O fato é que tais políticas sociais foram responsáveis pelo início da queda da taxa de mortalidade no país. Médici e Beltrão (1993, p. 200-201) ilustram:

[...] a transição demográfica se inicia com a redução da mortalidade, em função de conquistas associadas ao progresso técnico, tais como melhoria dos sistemas de saneamento (especialmente nas cidades) e o combate a doenças transmissíveis.

Se a queda da mortalidade tem sido analisada como decorrência do crescimento econômico e social, pode-se dizer, analogamente, que a queda da mortalidade também tem sido um importante fator impulsionador do crescimento econômico.

Com a redução da taxa de mortalidade, as décadas de 1940, 1950 e 1960 vivem um forte crescimento vegetativo da população. Ou seja, as crianças morrem menos, os adultos vivem mais e as mães continuam com a mesma média de filhos nascidos vivos. Em 1970, a população do Brasil alcançou a marca de 93 milhões de pessoas, com taxa média de crescimento de 2,8% ao ano. Neste período apenas 3% da população tinha mais de 65 anos de idade enquanto a outra extremidade da pirâmide etária apresentava 52% da população com menos de 20 anos.

Outro aspecto das mudanças demográficas que merece destaque é a migração interna. Segundo Aydos (2009), a partir de 1937 o governo brasileiro passou a implantar ações de migração interna da população. A concentração da população nas cidades, resultado do fluxo migratório rural-urbano, se deu devido à nova economia industrial iniciada em 1930. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, considerados polos industriais, foram os que mais receberam migrantes oriundos de Minas Gerais, Paraná e da Região Nordeste. A expansão urbana se deu, porém, com concentração nos principais centros urbanos do Sudeste.

Patarra (2003) reforça que graças ao grande índice de crescimento vegetativo da população brasileira a partir de 1940 até meados de 1960, a migração interna é capaz de atender a demanda das empresas, fornecendo mão-de-obra para as áreas de concentração econômica. E a medida que aumenta a aglomeração de pessoas nos centros urbanos do sudeste, aumenta também a capacidade e diversidade produtiva industrial. Mello (1994, p. 117) ressalta:

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu a uma verdadeira “onda de inovações” [...] a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se

um profundo “salto tecnológico” [...] a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. ... as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada [...] um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo [...].

No começo da década de 1960 acontece a primeira grande crise econômica do Modelo de Substituição de Importações no Brasil. Segundo Gremaud (2010), a instabilidade política conturba a visão de longo prazo, diminuindo os investimentos e conseqüentemente o crescimento econômico do país. Em 1964 a inflação chega a 91,8% e em março deste mesmo ano acontece o golpe militar. Presidido por Castelo Branco, o governo militar impôs de forma autoritária o fim da crise política e lançou várias medidas a fim de conter a inflação e a crise econômica, através do Plano de Ação Econômico do Governo – PAEG.

As políticas adotadas pelo PAEG obtiveram grande êxito na redução das taxas de inflação e prepararam a retomada do crescimento econômico. No período de 1968 a 1973 a produção brasileira voltou a crescer com taxas médias de 11% a.a., com destaque para a produção industrial. A expansão do crédito ao consumidor, aumentando a demanda por bens duráveis, gerou um crescimento neste setor que apresentava taxa média anual de 23,6% neste período.

Contrariando a teoria Malthusiana, a década de 1970 foi a que mais cresceu economicamente no século XX e uma das que apresentou maior crescimento vegetativo. Madeira (1979, p.17), em seu *Malthus, Marx e o papel da população no desenvolvimento econômico*, cita:

Surge assim uma violenta discussão, que ainda prossegue até hoje, embora com menor intensidade, entre os partidários de Malthus e os seguidores de Marx, no que se refere à solução dos problemas econômicos e demográficos: os neomalthusianos, assimilando os receios de Malthus propõem soluções novas visando a reduzir o crescimento explosivo das populações, o principal responsável pelo subdesenvolvimento. Por outro lado, os seguidores de Marx, desejando manterem-se fiéis aos diagnósticos e prognósticos do mestre, continuam afirmando que nada deve ser feito com relação à limitação do crescimento demográfico; deve-se é desenvolver a capacidade produtiva das nações e proporcionar uma melhor distribuição do produto nacional e mundial.

O desenvolvimento tecnológico do setor agrícola gerou um excedente na produção dos produtos primários, propiciando um rápido declínio da taxa de mortalidade, aumento da renda per capita e bem-estar social e uma queda na

demanda por trabalho na agricultura, o que foi essencial para as transformações sociais. A rápida Transição Demográfica ocorrida no Brasil no século XX pode ser atribuída ao desenvolvimento econômico. Mas o crescimento econômico parece ser insuficiente para explicar a queda na fertilidade, já que esta se deu de forma mais generalizada que o desenvolvimento (SARTORIS; SOUZA, 2004).

As relações entre crescimento da população e desenvolvimento econômico há muito vem sendo discutida por estudiosos. É vasta a bibliografia sobre este tema e longa a lista de evidências de inter-relação dos dois processos. Se entendermos por desenvolvimento econômico os processos de transformações estruturais das diferentes esferas da sociedade, e não apenas o crescimento da renda, então notaremos quão complexa é a relação entre crescimento da população e desenvolvimento. Paiva e Wajnman (2005, p. 304) completam:

Há cerca de três décadas discutiam-se as causas e consequências do crescimento populacional. Hoje se discutem as causas e consequências da transição demográfica. A chamada “bomba demográfica” já foi desativada, muita coisa mudou no mundo e, do ponto de vista demográfico, a maior mudança foi a universalização do processo de transição demográfica. Em todas as regiões do mundo, mais cedo ou mais tarde, mais rapidamente ou mais lentamente, os níveis de mortalidade e de fecundidade estão caindo. O que parecia imutável nas condições de subdesenvolvimento do início dos anos 60 tornou-se, a partir do conhecimento daquela época, surpreendentemente mutável. Expressões como “bomba demográfica” foram substituídas por “bônus demográficos” ou “janelas de oportunidades”.

Atualmente, mudanças na estrutura etária apresentam três fenômenos que devem ser considerados decisivos para a formação das políticas públicas no Brasil: a redução da população jovem; o aumento da população de idosos e o aumento na proporção da população em idade ativa (PIA). Brito (2007) completa ainda que as políticas públicas do âmbito da educação, saúde, mercado de trabalho e previdência, devem considerar a transição na nova estrutura etária. Caso isso não aconteça, o futuro econômico e social do país pode estar comprometido.

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO

No final do século XVIII, em 1794, foi publicado o livro “Esboço de um

Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano”, pelo Marquês de Condorcet². Este defendeu uma relação positiva e próspera entre desenvolvimento econômico, social e demográfico para o futuro da humanidade. Segundo Condorcet (1993, p. 20), “[...] o homem é um ser indefinidamente perfectível e o avanço da civilização seria consequência da perfectibilidade humana”.

O Esboço foi dividido em 10 capítulos, e do primeiro ao nono Condorcet relatou um extenso painel sobre a evolução da humanidade. Começou com a formação dos primeiros povos, passando pelo progresso dos pastores, agricultura e escrita. Deu ênfase às contribuições gregas no âmbito das ciências, assim como às navegações e à filosofia. Colocou a liberdade de pensar e os direitos civis como primeira condição para se chegar a uma sociedade estável e feliz. Defendeu que se uma melhor condição de vida é o resultado do aperfeiçoamento dos ideais da razão, então, o progresso dos povos e das nações dependia do progresso do espírito.

No décimo capítulo, o Marquês de Condorcet relatou que o progresso humano estava apenas começando. Suas expectativas otimistas sobre o futuro da humanidade se baseavam na eliminação da desigualdade entre as nações, e entre as pessoas de um mesmo povo. Também apostava no desenvolvimento da ciência e no avanço tecnológico.

Quanto aos aspectos demográficos, por acreditar muito no progresso da medicina preventiva, esperava a redução das taxas de mortalidade e natalidade, além do aumento da expectativa de vida. Argumentava que o crescimento do número de habitantes acima da capacidade dos recursos naturais necessários à sua sobrevivência, seria incompatível com as decisões racionais dos seres humanos. Segundo Alves (1993, p.190), Condorcet defendia que se o aumento do número de pessoas ultrapassasse a capacidades de seus meios de produção, isso necessariamente diminuiria o bem-estar da população, que por sua vez usaria a razão para reverter tal quadro.

Contestando o otimismo do Esboço de Condorcet, quatro anos depois de

² Nascido na Picardia, França, Jean Antonio Nicholas ou Marquês de Condorcet, morreu aos 51 anos de idade no mesmo ano em que publicou o Esboço, 1794. Sua luta contra o autoritarismo, o extremismo e as execuções sumárias o tornaram mais uma vítima do terror. Mesmo sendo perseguido num momento crítico da Revolução Francesa, Condorcet apontava soluções democráticas para o futuro da França.

sua publicação surgiu o *Ensaio Sobre a População* de Malthus³, que acreditava que a única forma de desaparecer as desigualdades seria socializar a miséria, pois eliminar a pobreza estaria fora do alcance da humanidade, devido a super população. Devido a sua formação religiosa, não distinguia relação sexual de procriação, assim como não considerava a possibilidade da regulação contraceptiva, prevendo que a humanidade caminhava para uma explosão demográfica.

Para Malthus, a população crescia numa progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência cresciam numa progressão aritmética. Ele simplesmente ignorava a possibilidade de um avanço tecnológico capaz de elevar a produção agrícola.

Também não associava o desenvolvimento industrial ao desenvolvimento econômico, pois acreditava que o aumento de salário proporcionava um aumento no consumo dos recursos naturais, reduzindo assim a mortalidade já que pessoas bem nutridas vivem mais, o que aumentaria a população.

A maior concentração de renda nas mãos da população estimularia as pessoas ao casamento e, conseqüentemente, ao aumento da procriação. Então, salários mais baixos e a miséria seriam a melhor forma de desestimular os casamentos, evitando assim, o aumento da população e a escassez do alimento. Ou seja, Malthus defendia o salário de subsistência como forma de equilibrar as taxas de natalidade e mortalidade, mantendo a população sob controle.

Muitos anos se passaram e a corrente de seguidores de Malthus continuava a temer a escassez de alimento frente ao aumento da população mundial. Em 1968, segundo Baldwin (1979, p.8), Paul Ehrlich declara que “Na década de 70 o mundo experimentará a fome – centenas de milhões de pessoas morrerão de fome apesar de todos os programas de choque aplicados até o momento atual”. Embora na opinião de escritores como Ehrlich o problema populacional seja mundial, seu aspecto mais urgente é a pressão exercida sobre o suprimento disponível, principalmente nos países em desenvolvimento.

O aumento populacional e a escassez dos recursos naturais também preocupavam os economistas clássicos. Antes do Esboço de Condorcet, Adam Smith publicou *Uma Investigação da Natureza e Causas da Riqueza das Nações*

³ Thomas Robert Malthus nasceu em 1766, no Condado de Surrey – Inglaterra, e morreu em 1834. Em 1797, recebeu as ordens eclesiásticas tornando-se sacerdote da Igreja Anglicana. Suas convicções religiosas tiveram grande influência na sua obra *Ensaio Sobre a População*.

(1776), onde se mostra preocupado principalmente com o problema do desenvolvimento econômico.

Para Smith, o desenvolvimento se daria a partir da divisão do trabalho, que seria a chave para aumentar a produtividade. Quando os trabalhadores se especializam em atividades específicas podem, em conjunto, produzir mais com o mesmo esforço. Com aumento da produtividade, destacava a necessidade de se acumular bens de capital, para desfrutar dos benefícios de mais altos níveis de renda per capita. Níveis de renda mais altos tenderiam à expansão dos mercados, o que seria bem interessante já que pequenos mercados seriam insuficientes para absorver a produção em massa.

Mas todo este ciclo de desenvolvimento estancaria ao se esbarrar com a escassez de recursos naturais. Para este pensador, quando uma economia desenvolve-se através da acumulação de capital e crescimento populacional, torna-se cada vez mais difícil superar as barreiras dos recursos naturais.

Outro seguidor do pessimismo de Malthus é o economista David Ricardo. Em sua teoria defende que a crescente dificuldade de fornecer alimentos para uma população em expansão obriga o processo de crescimento a uma parada. Teoria esta voltada principalmente para os países em desenvolvimento.

No modelo de Ricardo havia três grupos econômicos: os capitalistas, os proprietários de terra e os trabalhadores. Os capitalistas são os que dirigem e iniciam o processo de desenvolvimento; os proprietários de terra são aqueles que possuem uma oferta fixa de terra e arrendam seu uso; e os trabalhadores, o maior grupo, não possui nenhum instrumento de produção mas usa os fornecidos pelos capitalistas. Existe, também, um nível de salário real natural fixado por costume e praxe, em que a população trabalhadora não aumentará nem decrescerá.

De acordo com Ricardo, se os salários caem abaixo de seu nível natural, as mortes excedem os nascimentos e a população declina. Por outro lado, se os salários sobem acima desse nível, a queda na taxa de mortalidade provocada por melhores padrões de nutrição e saúde atua no sentido de aumentar a população.

Com a expansão da população, terras cada vez menos produtivas são cultivadas para satisfazer a demanda crescente por alimentos. A principal arma contra esse resultado pessimista seria o aperfeiçoamento agrícola na utilização dos solos menos férteis. Mas tal progresso tecnológico acontecerá de forma muito lenta, não evitando o estado estacionário do desenvolvimento.

Os economistas clássicos falharam na previsão da velocidade da evolução tecnológica, que se estendeu nas partes mais desenvolvidas do mundo, no fim do século XVIII e século XIX. Karl Marx, desafiando a teoria de desenvolvimento dos clássicos e neoclássicos, acredita que condições como baixa taxa de progresso tecnológico ou ausência de recursos naturais, não seriam obstáculos ao desenvolvimento.

Marx e seus seguidores veem os avanços tecnológicos como os causadores do desemprego tecnológico em massa. A resultante reserva de desempregados ou “exército industrial de reserva”, atua como uma força depressiva sobre os salários dos trabalhadores empregados, que caem ao nível de subsistência. Afirmam também que nada deve ser feito com relação à limitação do crescimento demográfico, deve-se é desenvolver a capacidade produtiva das nações e proporcionar uma melhor distribuição do produto nacional e mundial.

O desenvolvimento econômico de uma nação é o resultado da evolução de três variáveis: população (N), capital (K) e bens de consumo (C). Os elementos C e K representam a existência ou estoque disponível em uma determinada época, prontos para serem utilizados no consumo ou no processo produtivo. Vale à pena especificar as espécies de bens:

$$C = C_s + C_a$$

$$K = K_p + K_d$$

Onde:

- C_s , são bens de consumo para sobrevivência, destinados a manter a vida e a saúde da população;

- C_a , são bens de consumo adicional, destinados a manter o atual padrão de vida além das necessidades de sobrevivência;

- K_p , são os bens de inversão demográfica, destinados a prover a produção futura e atender, dentro do padrão de vida vigente, as necessidades de consumo (C) de acréscimo da população;

- K_d , são os bens de desenvolvimento econômico, destinados a aumentar a capacidade produtiva do sistema, com o objetivo de melhorar o padrão de vida da população.

O desenvolvimento das variáveis C e K depende da aplicação da atividade produtiva (trabalho) de N, e o resultado sempre dependerá de escolhas alternativas. Segundo Madeira (1979, p.20):

[...] dedicando-se muitos recursos disponíveis de trabalho e capital à produção de mais bens de consumo sacrifica-se, em geral, em maior ou menor grau, a produção de bens de produção (capital). Como parcela de capital demográfico (K_d) terá uma evolução determinada pelo crescimento da população, é claro que a parcela de K realmente sacrificada será o capital de desenvolvimento, K_d . Aqui surge o primeiro aspecto importante a ser considerado: o da interdependência das três variáveis consideradas na definição do desenvolvimento econômico. De fato, o crescimento da população é de fundamental importância. Quando a fecundidade é elevada, o crescimento da população apresenta duas características decisivas: exige grandes parcelas de C e K_p , de modo que sacrifica, de uma maneira considerável, a contribuição para K_d ; compromete a contribuição futura da formação de novo capital, porque provoca uma distribuição por idades extremamente desfavoráveis, aumentando a proporção de elementos não produtivos na população.

Assim, no ponto de vista dos marxistas, não seria necessário preocupar-se com a evolução de N (população), pois uma ação direta sobre o capital do desenvolvimento K_d seria suficiente para preconizar inversões maciças de alta rentabilidade econômico-social. Já os neomalthusianos defendem que as dificuldades dos países subdesenvolvidos resultam apenas do rápido crescimento demográfico.

A literatura mais recente sobre a transição demográfica e o crescimento econômico agrega novos elementos à análise. No modelo de Barlow (1994) a taxa de crescimento da população não apresenta relação significativa com a taxa de crescimento da renda per capita, o que contraria a teoria malthusiana. A ausência de correlação entre essas duas variáveis sugere que uma não depende da outra, ou seja, o crescimento populacional mais lento não necessariamente levaria ao rápido desenvolvimento econômico.

Barlow, porém, admite que essas duas variáveis são insuficientes para afirmar que mudanças nas taxas de crescimento da população não tem nenhum efeito sobre o crescimento econômico. O ideal seria analisar o crescimento econômico com o crescimento da população em dois momentos, no curto e longo prazo. No curto prazo, o crescimento da fertilidade tende a ter um efeito negativo sobre o crescimento da renda per capita, enquanto no longo prazo seus efeitos tendem a ser positivos. De acordo com o autor, países com altas taxas de fertilidade no passado e baixas taxas de fertilidade correntes são os que obtêm taxas mais altas de crescimento do PIB per capita.

Uma análise mais detalhada sobre a relação entre crescimento populacional e crescimento econômico, envolve reconhecer que há vários componentes do

crescimento populacional, como a fecundidade, a mortalidade, e a migração. Provavelmente esses componentes apresentem diferentes implicações sobre o crescimento econômico. Outros determinantes importantes seriam as políticas governamentais, os investimentos do passado em melhoria dos recursos humanos, infraestrutura, abertura do comércio, a demanda externa, e outros.

Para Bloom e Canning (2006), o crescimento populacional por si só não tem efeito negativo sobre o crescimento econômico. As experiências do leste da Ásia, Irlanda e parte da África, servem como evidência de que uma população crescente em idade ativa leva a uma possibilidade de avanço no crescimento econômico.

Países que experimentam um crescimento populacional seguido de um declínio da fecundidade têm o tamanho relativo da força de trabalho aumentada. Se forem capazes de absorver essa população em idade ativa no mercado de trabalho, poderão experimentar um rápido crescimento econômico. Do contrário, países incapazes de administrar essa oportunidade, correm o risco de criar uma nação de subempregados.

A explosão demográfica que muitos países em desenvolvimento têm experimentado é resultado do investimento em nutrição, saúde pública, infraestrutura e assistência médica. Esses investimentos, sem dúvida, têm reduzido a taxa de fecundidade no mundo (hoje de 2,1 filho por mulher), mas a humanidade vai continuar a sofrer mudanças demográficas por algum tempo.

Bloom e Canning ressaltam que com rápido aumento da população mundial ao longo das últimas décadas, não só a população em idade ativa aumentou, mais também a população em idade fértil. Isso significa que na maioria dos países, mesmo aqueles que vêm apresentando queda na taxa de natalidade, a população vai continuar crescendo por muitos anos.

As mudanças demográficas apresentam grandes implicações para o ritmo e andamento do crescimento econômico. Uma proporção crescente de idosos, por exemplo, pode agir como um entrave ao desenvolvimento econômico, devido aos gastos com saúde, assistência social e previdência. Por outro lado, o aumento da expectativa de vida também pode reforçar uma economia, através do maior incentivo à poupança e educação, o que aumentaria o capital financeiro e a qualificação da mão-de-obra.

Mas, para os autores, no futuro, o envelhecimento da PIA de hoje promoverá uma escassez de trabalhadores, criando uma pressão ascendente sobre os salários

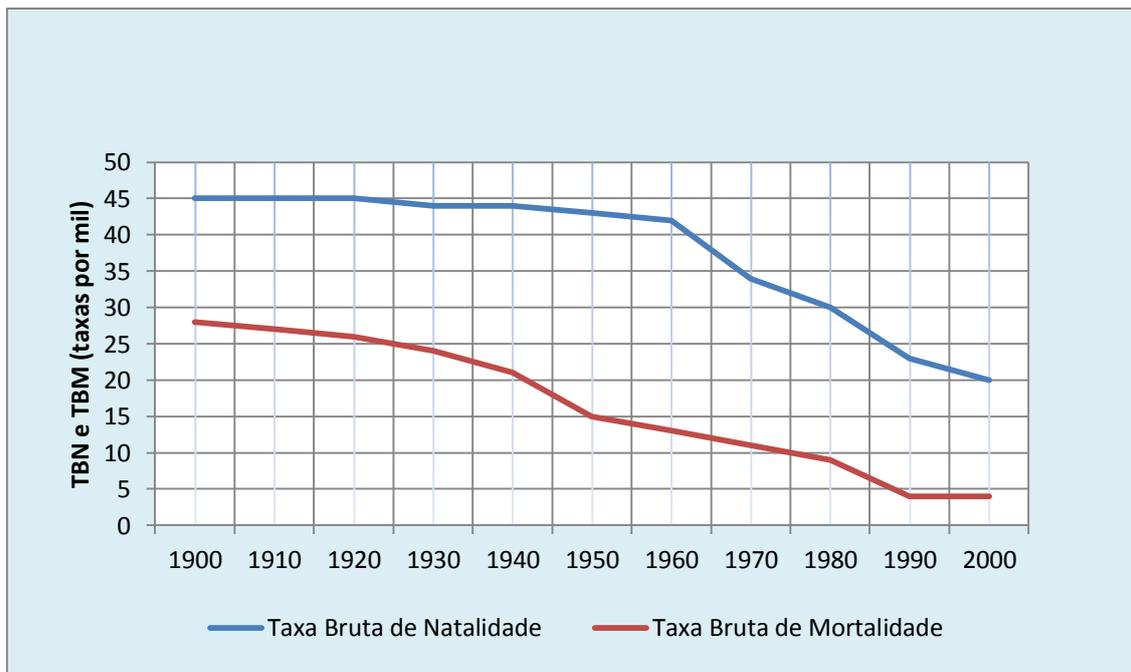
e descendente sobre os rendimentos reais dos aposentados. É provável que os trabalhadores irão ajustar o seu comportamento em resposta a essas pressões, resultando em uma maior participação no trabalho, prolongamento da vida ativa e, possivelmente, a imigração de trabalhadores de países em desenvolvimento.

Segundo Bloom e Canning, vários estudos empíricos mostram a importância da demografia na compreensão do desenvolvimento econômico. No leste da Ásia, por exemplo, a queda das taxas de mortalidade e fertilidade levaram (1965-1990) à elevação da PIA em 4 vezes. Vários estudos têm apontado que tais mudanças demográficas foram responsáveis por 1/3 da economia naquela região.

3 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

No Brasil, as mudanças decorrentes da transição demográfica mencionadas por Thompson puderam ser observadas durante todo o século XX.

Gráfico 1 - Transição Demográfica no Brasil: 1900-2000



Fonte: Alves e Bruno (2006, p. 2).

Seguindo a teoria, a primeira fase da transição demográfica, que seria a fase pré-industrial, se caracteriza por altas taxas de natalidade e mortalidade, que resultam numa baixa taxa de crescimento da população. Com a falta de oferta de trabalho nos centros urbanos, as sociedades pré-industriais concentram sua população no campo, explorando as atividades primárias, principalmente a agricultura familiar e de subsistência.

Nesta fase é comum famílias com muitos filhos, já que uma família numerosa era sinônimo de mais mão de obra nas lavouras. Por outro lado, as altas taxas de mortalidade se explicam por diversos fatores como: as epidemias da época, a falta de saneamento básico, a falta de assistência médica, e outros. O Brasil viveu esta realidade até a década de 1930, aproximadamente.

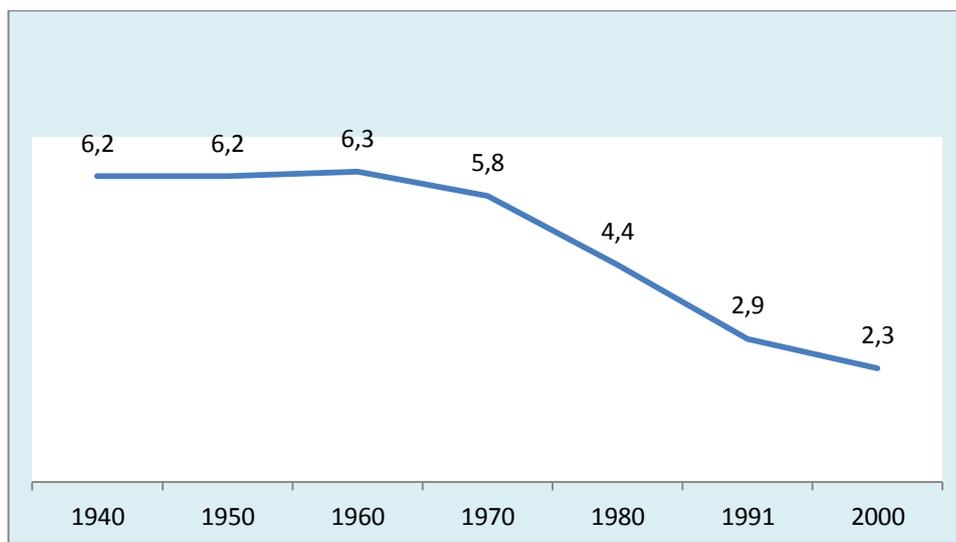
Com o início do desenvolvimento industrial, dá-se também o início da segunda fase da transição demográfica. Esta segunda fase apresenta duas características principais: a primeira é o início da redução da taxa de mortalidade,

motivada principalmente pela melhoria nas condições sanitárias, pela evolução da medicina, e pela urbanização. A segunda característica desta fase é a permanência dos altos índices de natalidade.

No Brasil, a combinação destas duas situações resultou num rápido crescimento populacional, que seguiram as seguintes taxas de crescimento vegetativo: 1940, 2,4%; 1950, 3,0% e 1960, 2,9%. O investimento em vacinas gerou um crescimento da população a partir de 1940, quando as taxas de mortalidade em todas as faixas etárias reduziram-se, principalmente na faixa das crianças de até um ano de idade. Mas, as taxas de fecundidade continuaram altas (média de 6,2 filhos por mãe). Neste período, 1940 até meados da década de 1960, o país vive a segunda fase da transição demográfica.

Na terceira fase da transição demográfica, a taxa de mortalidade continua caindo e a de natalidade pela primeira vez acompanha esse declínio, resultando numa queda do crescimento da população. No Brasil esta situação se inicia a partir de 1965, mas só é percebida no censo demográfico de 1970. Nesta década se observa a redução da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida, e a popularização dos métodos anticoncepcionais. Começa, então, a diminuir a taxa de crescimento populacional, e nas três décadas seguintes constatamos uma queda brusca na taxa de fecundidade como podemos observar no gráfico 2:

Gráfico 2 - Brasil: Taxa de Fecundidade - 1940/2000



Fonte: IBGE (2007).

A quarta fase da transição demográfica é percebida quando os métodos

anticoncepcionais se popularizam, resultando em planejamento familiar, ou seja, as pessoas passam a planejar o número de filhos que gostariam de ter, levando em consideração o custo de cada filho.

Este novo comportamento da sociedade gera a quarta fase da transição demográfica no Brasil. As taxas de natalidade e mortalidade voltam a se estabilizar criando um crescimento populacional novamente pequeno, 1,9% no final da década de 1980. O país encerra o século com uma média de 2,3 filhos por mulher e na primeira década do século XXI a população brasileira continua crescendo, mas com taxas de crescimento bem menores que as registradas em meados do século anterior.

Atualmente ainda existem países que apresentam características de crescimento populacional da 2ª fase da transição demográfica, com taxa de mortalidade em queda e com altas taxas de natalidade, como a Somália e o Haiti. Também encontramos países com características da 3ª fase, Índia por exemplo, que começa a apresentar queda na taxa de natalidade e sua taxa de mortalidade continua diminuindo.

O Brasil, a Espanha e o Japão, apesar de terem aspectos demográficos e de desenvolvimento distintos, apresentam em comum as características da 4ª fase, onde o crescimento da população já se estabilizou devido as taxas de natalidade e mortalidade estarem equivalentes. Existem também, países onde a taxa de mortalidade se apresenta maior que a de natalidade. Isso se deve ao alto custo de se criar filhos, principalmente em países desenvolvidos, onde as famílias acabam optando por ter um número muito reduzido de filhos, em geral um ou nenhum, para manter o padrão de vida que julgam desejável.

Frente a esta nova realidade, atualmente já se aceita a introdução de uma 5ª fase junto ao modelo de Transição Demográfica descrito por Warren Thompson. Esta ultima fase apresenta características onde a mortalidade supera a natalidade, devido ao alto custo de vida.

Esse efeito preocupa alguns analistas, pois com crescimento populacional negativo, a população terá, num futuro próximo, mais idosos do que jovens, o que pode gerar alguns problemas à previdência dos países que já vivem esta quinta fase, como a Alemanha e a Itália, por exemplo, além de todo um replanejamento no âmbito da educação, saúde, assistência social e infraestrutura.

3.1 A TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1930.

Para apresentarmos um panorama da taxa de crescimento da população do Brasil nas três primeiras décadas do século XX, temos que retornar algumas décadas do século anterior. O Brasil colônia, pelo fato de não dispor de mercado interno significativo, sobreviveu da exportação de produtos agrícolas ou minerais.

Cada ciclo de atividade econômica exportadora, como pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café ou borracha, ocupou novos territórios e provocou novos núcleos de assentamento. Essa mão-de-obra liberada ou deixada desocupada, no setor exportador que perdia dinamismo, se dedicava a lavoura de subsistência, espalhando-se pelo território. Formou-se uma estrutura territorial caracterizada pela consolidação precoce de uma rede de cidades, com poucos vínculos entre si.

Atendendo às atividades econômicas da época, a maioria da população localizava-se em áreas rurais e o país apresentava características de nação agrícola. Os centros urbanos, pouco povoados, não ofereciam estrutura que despertasse interesse em habitá-los. A população vivia em estado sub-humano, sem atendimento básico de saúde, saneamento ou infraestrutura sanitária.

A falta dos serviços acima descritos elevava muito a taxa de mortalidade no país, em todas as áreas, urbanas e rurais. A alta mortalidade, especialmente a infantil, seria o maior estímulo à manutenção das elevadas taxas de fecundidade. Contudo, a taxa de crescimento da população era baixo, pois quase que na mesma proporção que nasciam pessoas, morriam também. De 1872 a 1890 a taxa de crescimento foi de 1,5%, segundo Patarra (2003).

Esta taxa poderia ter sido menor se não fosse pelos intensos fluxos imigratórios para o país. Somente na década de 1890 foi registrada a entrada de um milhão e duzentas mil pessoas. Os principais estados que receberam esses imigrantes foram São Paulo, Rio de Janeiro e os estados do sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A tabela abaixo apresenta o fluxo da entrada de imigrantes no Brasil no período de 1872 a 1929.

Tabela 1 - Entrada de Imigrantes – Brasil – 1872 a 1929

Período	Nº Absoluto	% do total de imigrantes
1872-1879	176337	3,3
1880-1889	486222	8,4
1890-1899	1198327	22,4
1900-1909	622407	11,6
1910-1919	815453	15,3
1920-1929	846647	15,8

Fonte: Patarra (2003, p. 44).

O que impulsionou o fluxo imigratório para os estados do Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo foi sem dúvida a produção de café e o início da industrialização. Enquanto a taxa de crescimento populacional de São Paulo, no início do século XX, era de 3,2% a.a., a dos estados do Nordeste era de 1,8% a.a., abaixo da média nacional de 2,2%a.a..

O Brasil começou o século XX com uma população pouco maior que 17 milhões de habitantes, e chegou em 1920 com 30 milhões e 600 mil. Neste período a maior parte de sua população continua localizada em áreas rurais, mas a urbanização cresce a uma taxa de 2,7% em todo o país, com destaque em algumas capitais como São Paulo (4,5%), Belém (4,6%) e Porto Alegre (4,5%). A tabela 2 ilustra esses dados:

Tabela 2 - População e Taxa Geométrica de Crescimento das Capitais dos Estados, por Regiões, 1900/1920.

Regiões	1900	1920	Taxa de crescimento 1900/1920
Norte	146.860	312.106	3,8
Manaus	50.300	75.704	2,1
Belém	96.560	236.402	4,6
Nordeste-Leste	540.334	931.022	2,8
Teresina	45.316	57.500	1,2
Fortaleza	48.369	78.536	2,5
Natal	16.056	30.696	3,3
João Pessoa	28.793	52.990	3,1
Recife	113.106	238.843	3,8
Maceió	27.703	74.166	3,6
Aracajú	21.132	37.440	2,9
Salvador	205.813	283.422	1,6
Belo Horizonte	13.472	55.563	7,3
Vitória	11.850	21.866	3,1
Centro-Sul	1.104.696	1.823.144	2,5
Niterói	53.433	86.238	2,4
Rio de Janeiro	811.443	1.157.873	1,8
São Paulo	239.820	579.033	4,5
Frente Pioneira	134.421	186.816	1,7
São Luís	36.798	52.929	1,8
Curitiba	49.755	78.986	2,3
Cuiabá	34.393	33.678	-0,1
Goiânia	13.475	21.223	2,3
Sul	105.903	220.601	3,7
Florianópolis	32.229	41.338	1,3
Porto Alegre	73.674	179.263	4,5
Brasil	2.032.214	3.473.689	2,7

Fonte: Patarra (2003, p. 43).

Em 1921, inicia-se uma tímida restrição à imigração, o que não intimida a chegada de mais de 846 mil imigrantes até 1929. Estas restrições se tornam mais rigorosas a partir de 1930. Não se sabe qual era a população do Brasil nesta última década, pois não houve censo demográfico no ano de 1930. Esta década é marcada por um grande fluxo migratório de nordestinos rumo aos grandes centros urbanos do país, em particular os estados da região sudeste.

3.2 O AUMENTO DA POPULAÇÃO

O censo demográfico de 1940 mostrou uma população de 41,2 milhões de habitantes. O investimento em vacinas, na década anterior, gerou um crescimento da população típica da 2ª fase da Teoria da Transição Demográfica de Thompson, onde se reduziu a taxa de mortalidade em todas as faixas etárias, principalmente nas das crianças de até um ano de idade, enquanto a taxa de fecundidade continuou a mesma (média de 6,3 filhos por mãe).

Esse processo de queda da taxa de mortalidade e constância na taxa de fecundidade, leva o Brasil a um alto crescimento vegetativo. Aqui as imigrações internacionais já não tinham mais dimensões significativas para o aumento da população, o aumento deveu-se exclusivamente ao declínio da mortalidade. Esse comportamento se estende até 1970.

A esperança de vida que até o início da década de 40 era de 44 anos, passou para 54 em 1960. Apesar de a sociedade ganhar, em média, dez anos a mais de vida, a queda da taxa da mortalidade não modificou muito a distribuição etária da população em direção de um maior envelhecimento. A estrutura etária, entre os anos de 1940 a 1970, apresentou distribuição muito semelhante, com 52% das pessoas abaixo dos 20 anos de idade e 3% acima dos 65.

Foram as altas taxas de fecundidade, aliadas a queda das taxas específicas de mortalidade infantil, que levaram o Brasil a apresentar uma população extremamente jovem. Ou seja, as crianças morriam menos, e as mães continuaram com a mesma média de filhos. Em 1940, a média de filhos por mulher era de 6,3, passando para 5,8 em 1960.

Em 1970, a população do Brasil alcançou a marca de 93 milhões de pessoas, com taxa média de crescimento de 2,9% ao ano, entre 1960 e 1970. Em algumas regiões mais pobres houve aumento da fecundidade, enquanto em outras um pequeno descenso. Na média não houve declínio da fecundidade no país e a queda nas taxas de mortalidade por três décadas seguidas mostravam que se tratava de um fenômeno duradouro. O crescimento da população começou a assustar, conforme Carvalho (2004, p. 06):

Nos anos sessenta, diante da constatação do significativo aumento do ritmo do crescimento demográfico nos países subdesenvolvidos, houve generalizada preocupação com tal situação, principalmente de parte da opinião pública e governos do Primeiro Mundo e dos organismos internacionais. Afirmava-se que, ao contrário dos países desenvolvidos, não haveria porquê esperar nos países pobres um declínio natural da fecundidade que viesse diminuir as taxas de crescimento populacional. Nesses países, não se completaria a transição demográfica! Haveria a chamada explosão populacional, que impediria o desenvolvimento e causaria, mais cedo ou mais tarde, sérios problemas sociais e econômicos internos e colocaria em risco a própria ordem internacional. Propugnava-se, então, por políticas oficiais de controle da natalidade, como única forma de se evitar o rápido crescimento da população e, conseqüentemente, possibilitar aos países subdesenvolvidos romper o círculo vicioso da pobreza. Estas eram as análises e postulações básicas do neo-malthusianismo, que tiveram ampla acolhida em vários seguimentos nos países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil.

Na segunda metade da década de 60, a fecundidade no país apresentou um leve declínio, que foi se intensificando com crescente evidência na década seguinte. Este processo iniciou-se pelas regiões mais desenvolvidas e grupos sociais de níveis mais altos e estendendo-se, gradativamente, às demais regiões e camadas sociais, inclusive as mais pobres. O censo demográfico de 1980 confirmou este fenômeno.

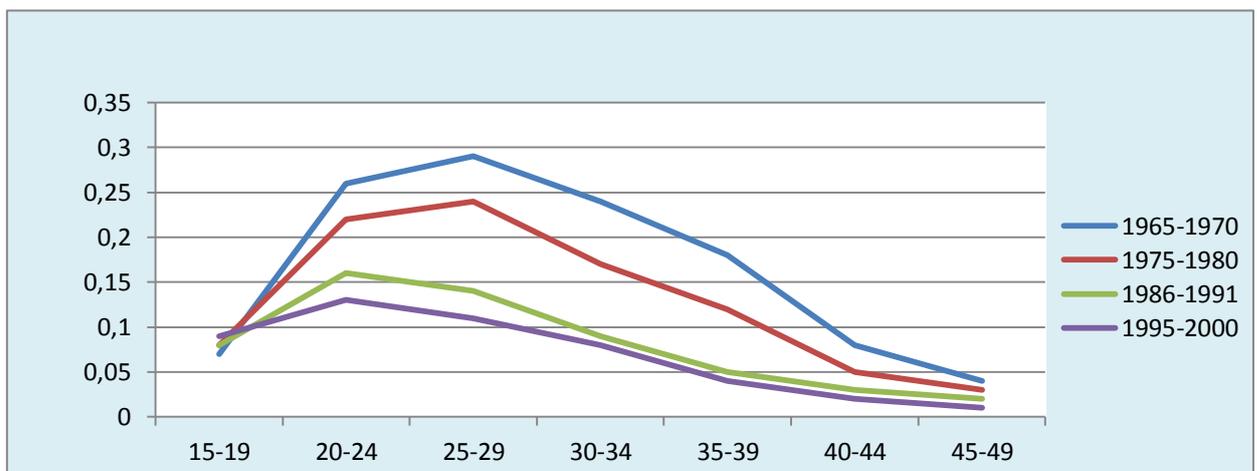
3.3 A QUEDA DA FECUNDIDADE A PARTIR DE 1980.

A transição da fecundidade começou a se generalizar, no Brasil e em muitos outros países subdesenvolvidos, a partir de 1970. O interessante é que sem qualquer política restritiva a número de filhos ou aumento da população, os casais, por livre opção, passaram a desejar um número menor de filhos. O controle da fecundidade passou a ser uma decisão consciente e racional dos casais, que perceberam os benefícios e vantagem na redução do número de filhos.

Diferente dos casamentos precoces que ocorriam no início do século, a partir da década de 1980 as pessoas se casavam em idade mais adulta, e retardavam a vinda do primeiro filho. A faixa de idade onde se encontrava o maior percentual de mulheres que já eram mães era de 25 anos, e a média do número de filhos por mulher caiu a partir de então: 4,4 em 1980; 2,9 em 1991 e 2,3 em 2000 (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004).

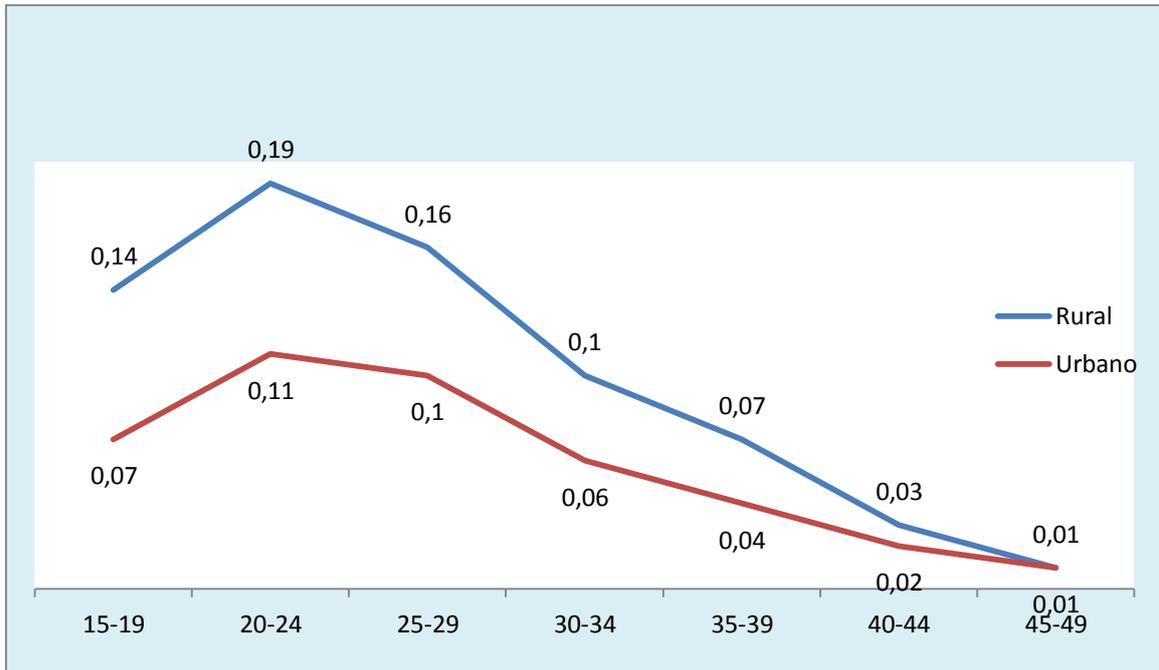
Quando dividimos a população de mães por grupo de idade, observamos que foram as taxas de fecundidade das mulheres mais velhas que apresentaram a maior redução. Na outra extremidade, o grupo de mães de 15 a 19 anos caminhou na direção contrária, ou seja, as mulheres mais jovens vêm apresentando um aumento nas suas taxas de fecundidade. Este dado, conforme podemos observar no gráfico 3, indica um aumento da gravidez precoce.

Gráfico 3 - Taxas Específicas de Fecundidade Brasil - 1965/2000



Fonte: Beltrão, Camarano e Kanso (2004, p. 5).

A fecundidade sempre se apresentou mais alta nas áreas rurais do que nas urbanas. O grupo de mães de 20 a 24 anos de idade que residem em área rural, apresentam as mais elevadas taxas de fecundidade, quando comparadas às mães da área urbana. Neste panorama, conforme demonstra o gráfico abaixo, o grupo de mães de 15 a 19 anos de idade residentes em áreas rurais, apresenta taxas de fecundidade 50% mais elevadas do que as adolescentes do mesmo grupo que vivem em áreas urbanas, conforme gráfico 4.

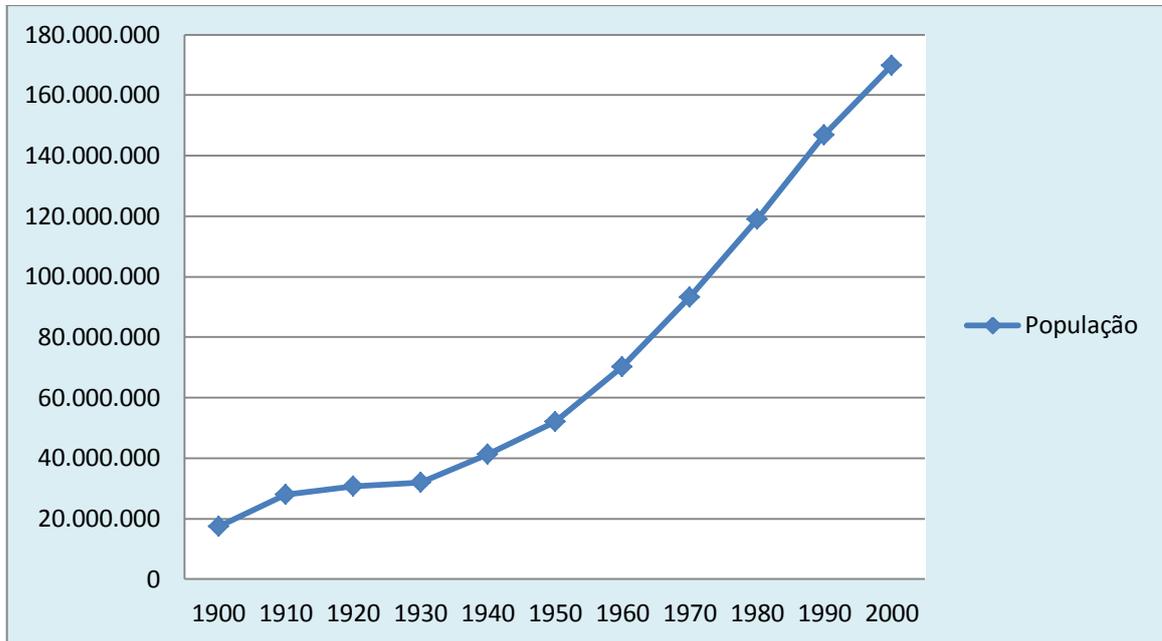
Gráfico 4 - Brasil: Taxa de Fecundidade por Grupo de Idade e por Situação de Domicílio - 2000

Fonte: Beltrão; Camaro; Kanso (2004, p. 6).

Mesmo com a queda das taxas de fecundidade iniciadas na década de 1970, o censo demográfico apresentou uma população de 119 milhões de habitantes em 1980, porém com taxa anual de crescimento caindo de 2,9% na década anterior para 2,5%. Ou seja, a população continuou crescendo, mas desta vez com taxas menores de crescimento, graças ao declínio da fecundidade.

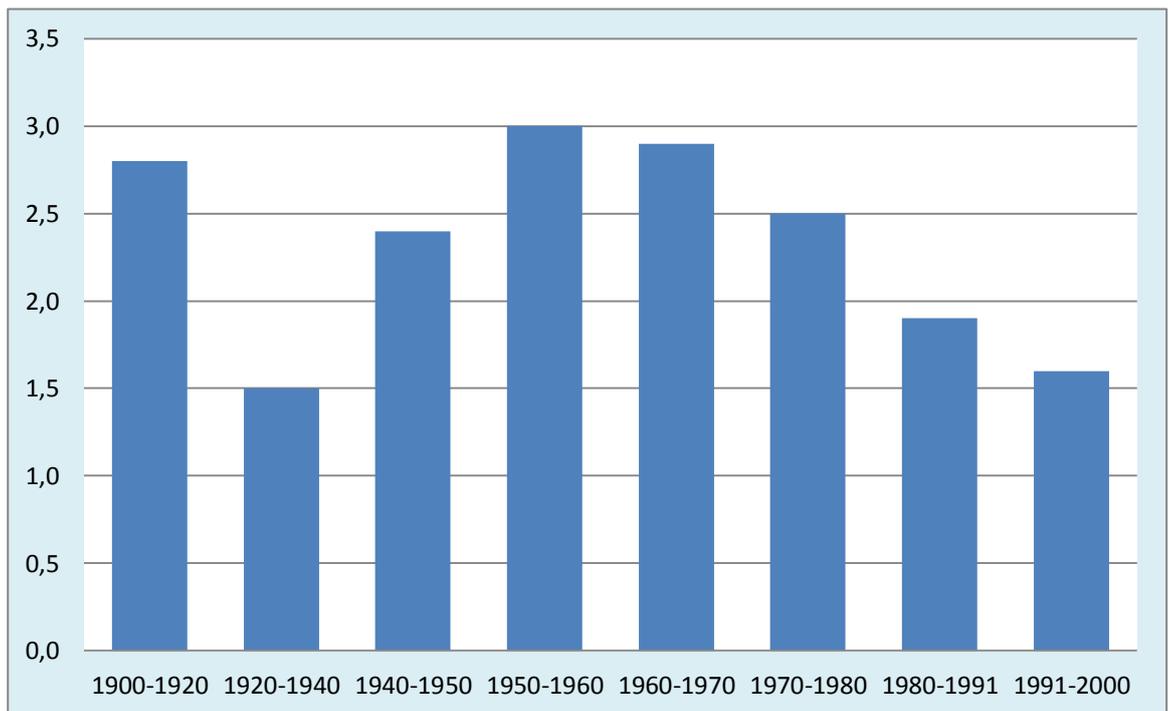
Assim, o país chega à década de 1990 com características da quarta fase da Transição Demográfica. As taxas de natalidade e mortalidade continuaram caindo, assim como a taxa de crescimento da população. Em 2000, o número médio de filhos por mãe caiu de 2,9 na década anterior para 2,3. A esperança de vida, quando comparada a do início do século, de 34 anos, mais do que dobrou, chegando a 69,3 anos de idade. As mudanças podem ser observadas nos gráficos de população, taxa de crescimento da população e esperança de vida:

Gráfico 5 - Evolução da População Brasileira: 1900-2000

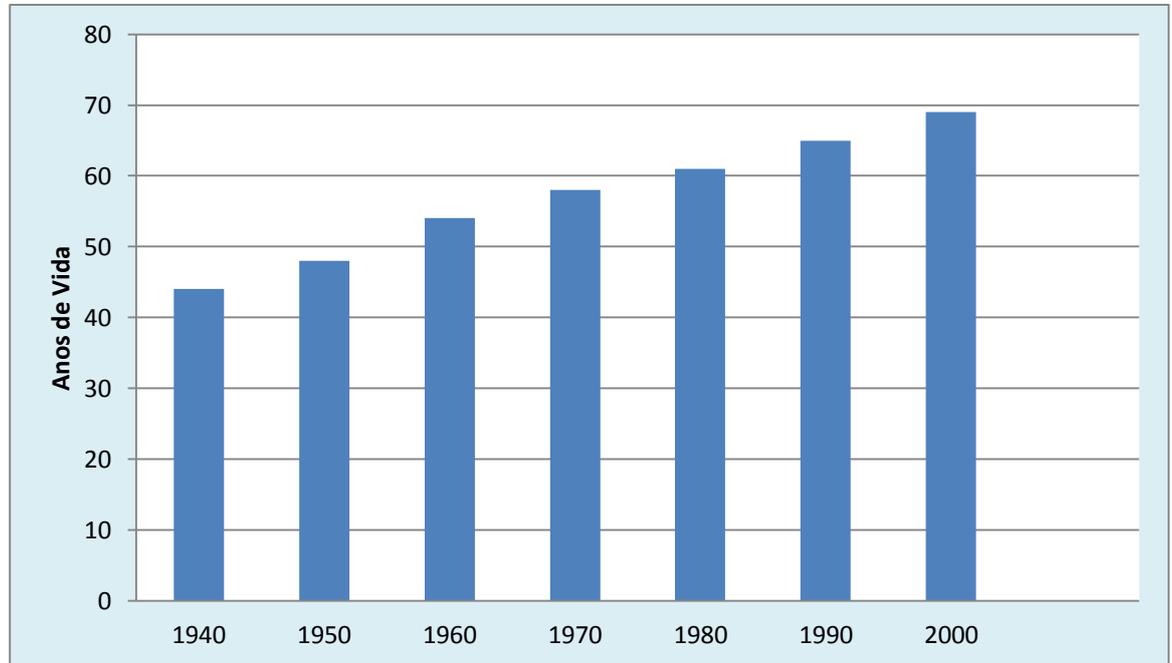


Fonte: IBGE (2003).

Gráfico 6 - Taxa de Crescimento da População Brasileira: 1900-2000



Fonte: IBGE (2003).

Gráfico 7 - Esperança de Vida da População – Brasil - 1940-2000

Fonte: ONU – IBGE (2011).

3.4 MUDANÇA NO FORMATO DA PIRÂMIDE ETÁRIA

Sem dúvida, o efeito mais evidente do declínio da fecundidade é a queda da taxa de crescimento populacional. No censo demográfico de 1980 foi possível constatar que a taxa média anual de crescimento da década de 1970 (2,4%) foi menor que na década anterior (2,9%). Porém, neste mesmo período, as duas taxas, de fecundidade e crescimento populacional, não caíram na mesma proporção, ficando a primeira 25,9% menor e a segunda apenas 14% menor.

No caso citado acima, a taxa de crescimento não reduziu tanto quanto a taxa de fecundidade por dois motivos (CARVALHO, 2004): o primeiro é que numa população fechada, ou seja, que não tem grande fluxo de entrada de imigrantes estrangeiros, como era o caso da população brasileira, a taxa de crescimento é resultado da diferença entre a taxa bruta de natalidade (TBN) e a taxa bruta de mortalidade (TBM). Na década de 1970 houve declínio da TBM, o que

contrabalançou os efeitos do declínio da fecundidade. Então, neste período o número de filhos por mulher diminuiu, mas também diminuiu o número de óbitos, inclusive de crianças, que eram maioria no total da população.

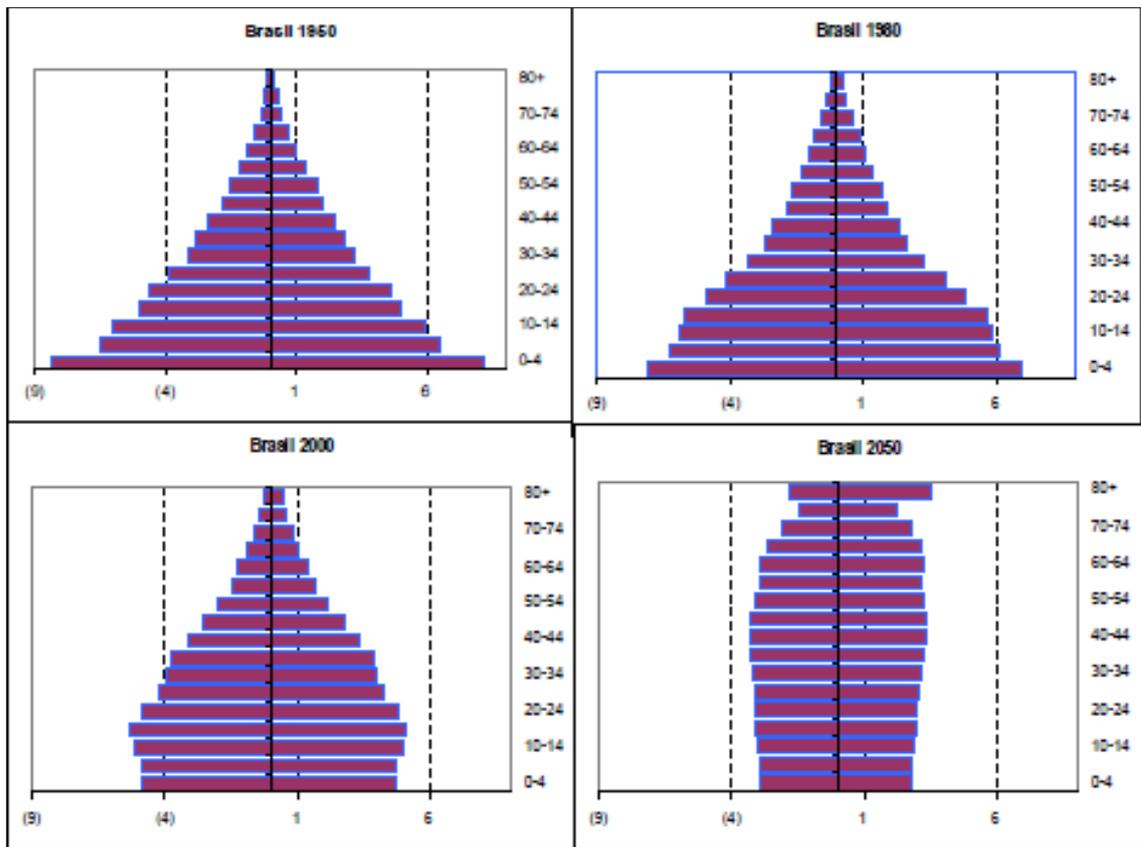
Em segundo lugar, apesar de a queda da fecundidade ter estreitado a base da pirâmide na faixa etária de até 10 anos de idade, o centro da pirâmide, representado pela população adulta e, portanto, por mulheres em idade reprodutiva, cresceu relativamente. Isso porque os efeitos da mudança demográfica demoram décadas para se manifestar. Neste caso, o grande número de crianças que nasceram duas décadas anteriores, no período em que a taxa de fecundidade era alta, na década de 1970 já eram mulheres em idade reprodutiva. Mas isso não seria um problema, segundo Neri (2005, p. 15):

O fato de boa parte das mulheres de uma localidade serem mães gera altos benefícios sociais como alta frequência e aproveitamento escolar e baixa mortalidade infantil, o problema das regiões pobres é o número de filhos por mãe que acaba prejudicando a qualidade da criação dos filhos. ... Ou seja, ter muitas mães entre as mulheres é bom, mas ter muitos filhos entre as mães é mau para os indicadores.

O Censo Demográfico de 1980 mostrou que o peso relativo das crianças abaixo de 5 anos, entre 1970 e 1980, caiu de 14,8% para 13,7%, e o da população de 5 a 9 anos, de 14,4% para 12,6%. Iniciava-se, então, o processo de envelhecimento da população brasileira, como consequência do declínio da fecundidade no país. A proporção de pessoas abaixo de 15 anos passou de 38,8% em 1980, para 35% em 1991 e aquela acima de 65 anos, de 4,0% para 4,8% respectivamente.

Em 1991, o Censo Demográfico confirma a tendência do declínio da fecundidade, com uma média de 2,9 filhos por mulher e taxa média anual de crescimento de 1,9%. O declínio da fecundidade, além de causar queda na taxa de crescimento demográfico, muda também a distribuição etária da população. Faz com que comece a se estreitar a base da pirâmide etária que, com o passar do tempo, tem repercussões sobre toda a distribuição da população pelos diversos grupos etários, como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 1- Pirâmides Etárias Brasileiras: 1950, 1980, 2000 e 2050



Fonte: Alves e Bruno (2006, p.6)

As pirâmides de 1950 e 1980 apresentavam a forma clássica de pirâmide, onde cada grupo etário mais velho era menor que o grupo etário anterior. Como a queda da taxa de fecundidade continuou nas décadas seguintes, a pirâmide de 2000 já se apresentou com sua base mais estreita, nas faixas de 1 a 14 anos de idade. O panorama apresenta uma diminuição no grupo de crianças e aumento no peso do grupo de adultos, e posteriormente dos idosos. Se mantidas as tendências das taxas de fecundidade e mortalidade atuais, estima-se que em 2050 a pirâmide etária deverá apresentar formato aproximado de um retângulo e a população de idosos deverá ultrapassar, percentualmente, a de crianças.

Para os conceitos demográficos, o envelhecimento de uma população é o resultado da manutenção, por um período longo de tempo, de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. No Brasil, este fenômeno se deu devido a duas situações (BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004, p.18): O envelhecimento pela base, quando a queda da fecundidade modifica

diversos grupos etários; e o envelhecimento pelo topo, quando a redução da mortalidade, especialmente nas idades mais avançadas, permanece por um período mais longo. Beltrão, Camarano e Kanso (2004, p. 19) completam:

Apesar de os dois processos responsáveis pelo envelhecimento populacional terem sido muito bem vindos pela sociedade, pois são resultados de suas próprias expectativas e demandas, e de políticas públicas (por exemplo saúde e previdência) bem-sucedidas, as suas consequências tem, em geral, sido vistas com preocupação pelos atores envolvidos. A preocupação reside basicamente na associação feita entre envelhecimento e dependência.

A razão de dependência total da população brasileira, indicador que expressa a relação entre a população dependente (menor de 14 anos e maior de 65 anos) e a população em idade ativa (entre 14 e 65 anos) caiu de 0,84 em 1970 para 0,65 em 1991, e para 0,5 em 2000. Explica-se esta redução de população dependente pelo estreitamento da base da pirâmide, relativamente maior que o alargamento do topo.

4 IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O grande marco do desenvolvimento econômico na história da humanidade foi a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no séc. XVIII, quando os produtos deixaram de ser feitos de forma artesanal e passaram a ser fabricados em larga escala. Para que essa revolução se desse houve em primeiro lugar uma inovação tecnológica, rudimentar para os dias de hoje, mas que na época foi de muita importância para dar início à industrialização.

O segundo fator que muito contribuiu para esse fenômeno foi o capital humano. As cidades, que viviam basicamente do comércio, estavam repletas de pessoas que ansiavam por trabalho e renda. Como a oferta de mão-de-obra era maior que a demanda, os salários pagos aos trabalhadores eram baixos e inversamente proporcional era a carga horária cumprida por essa nova classe trabalhadora.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas no início, a industrialização se desenvolveu por muitos países da Europa e logo estaria chegando em outros continentes. No Brasil, assim como nos demais países da América Latina, a industrialização tardou mais chegou. E o século XX foi, sem dúvida, o momento de maior desenvolvimento industrial dos países Latinos.

Os avanços da Revolução Industrial geraram outros desdobramentos, como avanços educacionais, científicos e tecnológicos. À medida que estes se desenvolviam, assim como o sistema econômico, ficaram claros seus efeitos sobre a população. Mas, se o desenvolvimento econômico afetou a dinâmica populacional, esta evoluiu para atender ao desenvolvimento econômico.

Esperança de vida e taxa de fecundidade são dois bons exemplos de interação entre desenvolvimento econômico e população. A industrialização e seus avanços proporcionaram a elevação da esperança de vida ao nascer e a redução da taxa de fecundidade. Interagindo com este fato o ganho de anos de vida garantiu maiores retornos econômicos para as famílias e para economia, enquanto que a redução do tamanho da prole das famílias provocou mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa, além de reduzir as taxas de dependência demográfica.

Assim, verificamos que o desenvolvimento econômico provoca mudanças na

dinâmica populacional e essas mudanças, por sua vez, respondem de forma positiva contribuindo com o desenvolvimento econômico. Neste capítulo, vamos apresentar como desenvolvimento econômico e transição demográfica interagem, e em que momento econômico vivia o Brasil em cada fase da transição demográfica do século XX.

4.1 DA FORMAÇÃO INDUSTRIAL ATÉ 1930

Implantada no século XVI com o propósito de se formar uma colônia de exploração, o cultivo da cana-de-açúcar foi a principal atividade econômica no Brasil até o final do século XVIII. Também se desenvolveram outros produtos secundários no setor agrícola, como o tabaco, o arroz e o algodão. Outros ciclos econômicos aconteceram, como o do ouro e da borracha, mas o forte da economia brasileira até o século XIX foi sempre a agricultura.

Devido às oscilações da demanda pelo café, que no século XIX era o principal produto da economia brasileira, em 1844 o governo brasileiro estabeleceu tarifas alfandegárias elevadas, com o intuito de alcançar alguns objetivos fiscais e proporcionar um efeito protecionista para os produtos nacionais. Em 1846, também baixou vários decretos concedendo subsídios à produção local de artigos têxteis.

Essas medidas estimularam alguns donos de capital, em geral fazendeiros de café, a investir em empresas industriais. Porém, tais indústrias não eram capitalistas, pois utilizavam mão-de-obra escrava e equipamentos primitivos. A instabilidade econômica mundial piora em 1875 e o café mais uma vez desvaloriza. Fica clara a necessidade, para os ricos fazendeiros, de dar mais ênfase à indústria local. Segundo Lacerda (2010, p. 49):

Certas mudanças tiveram lugar também na ideologia da classe dominante. Enquanto anteriormente boa parte de seus representantes considerava que o Brasil deveria continuar a ser um país exclusivamente agrário, agora não faltava partidários da indústria nacional. Essas tendências deviam-se em grande parte ao crescimento das dificuldades na esfera da economia tradicional. A crise econômica mundial de 1875 e a crise de superprodução de café de 1880-1886, que acarretaram a ruína de muitos fazendeiros, comerciantes e bancários, tornaram evidente a vulnerabilidade da economia cafeeira.

Assim, incentivada com a crise do café, com a disponibilidade de mão-de-obra, que embora desqualificada era abundante e de baixo preço, e com a produção de algodão, matéria-prima de grande importância, é que se deu o desenvolvimento de uma pequena indústria brasileira a partir de 1885, inicialmente explorando o setor têxtil.

Mesmo com esses estímulos, o Brasil apresentava inúmeras dificuldades que impediam o desenvolvimento industrial, como deficiência nas suas fontes de energia, indispensável para a moderna indústria manufatureira da época; deficiência no setor siderúrgico, pois apesar de suas reservas de ferro serem abundantes, em qualidade e quantidade, eram localizadas em áreas de difícil acesso, longe dos centros industriais; carência de mercados consumidores, principalmente o mercado interno.

Com um grande percentual de habitantes residindo em áreas rurais, já que sua produção agrícola era quem sustentava o país, a população brasileira se agrupava em pequenos núcleos, largamente afastados e com pouca comunicação. O aspecto demográfico e econômico, assim como o padrão de vida da população, não contribuía muito para aquecer o mercado dos produtos industrializados.

No início do século XX o Brasil ainda era um país agrícola. Seu principal produto, o café, supria três quartos da oferta mundial, o que levou a um excesso de produção. O governo gerenciava um mecanismo de defesa do produto, comprando o excedente e desencorajando a expansão das plantações. Mesmo com a economia brasileira sustentada pelo setor agrícola, o setor industrial continuou crescendo.

Em 1907, com a realização do primeiro censo das indústrias, foram contados 3.258 estabelecimentos industriais, que empregavam 150.841 operários. O Distrito Federal liderava a concentração de indústrias (33%), seguidas por São Paulo (16%) e Rio Grande do Sul (15%). Mas logo o estado de São Paulo reverte este quadro, passando a compor 40% das indústrias do país, isso graças a uma série de fatores positivos como a abundância de energia hidráulica, já sob a forma de eletricidade e o desenvolvimento da produção de café, que lhe trouxe riqueza e população.

Estudos apontam que o desenvolvimento econômico se dá onde há aglomerado de pessoas. Talvez esse tenha sido um dos mais importantes fatores para o desenvolvimento industrial de São Paulo, ou seja, o capital humano. Os europeus que migraram para aquele estado levaram consigo habilidades técnicas muito superiores às encontradas na mão de obra nacional.

Em 1920, de acordo com o censo industrial, o país já somava 13.336 estabelecimentos industriais, com 275.512 operários. A indústria têxtil ainda domina o mercado, mas para atender as necessidades dos países beligerantes da I Guerra Mundial, a indústria de alimentos salta de 16% (censo de 1907) para 40,2%. Em 1918 a exportação brasileira atinge a marca de 60.509 toneladas anual, sendo o Rio Grande do Sul o principal produtor.

Nesse estágio, a indústria brasileira já atendia importante parcela do consumo interno, merecendo destaque e grande importância na economia do país. Nesse cenário, os industriais brasileiros se acomodam e passam a se relacionar de forma pacífica, repartindo oportunidades, bem diferente da concorrência industrial de outros países capitalistas. Este comportamento trará consequências graves, conforme Prado Júnior (2006, p. 262):

A indústria poderá repousar, e faltar-lhe-á estímulo suficiente para um apreciável progresso qualitativo. A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas, e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. Pode-se dizer que os mercados virão a elas, num apelo à produção interna de artigos que a situação financeira do país impedia que fossem comprados no exterior.

Assim, a indústria brasileira chega à década de 1930 de forma rotineira e com baixo nível qualitativo, sem avanço ou progresso técnico. Talvez essa realidade seja resultado do perfil dos industriais da época. Estes, em sua maioria, eram formados por grandes latifundiários, em particular os produtores de café, que também formava a classe política do país, o que lhes permitia obter diversos privilégios.

A ideia de “trabalho escravo”, ou seja, de pouco remunerar seus empregados, ainda é muito viva na mente desses industriais, que só visam o acúmulo de seu próprio capital. O país continua sem mercado interno, não há circulação de capital, principalmente após 1924, quando cessa a emissão de moeda que jorrava no período da I Grande Guerra. Este fato é bem descrito por Prado Júnior (2006, p. 265):

[...] verifica-se uma elevação geral dos preços e encarecimento da vida que não são acompanhados no mesmo ritmo pelos salários e outros rendimentos fixos, a acumulação capitalista se faz efetivamente à custa de

um empobrecimento relativo da massa da população, sobretudo de suas classes trabalhadoras, e um acréscimo de exploração do trabalho. Será esta a verdadeira origem dos capitais formados. É o que na linguagem técnica dos economistas ortodoxos se denomina “poupança forçada”, se bem que se trata no caso de um tipo curioso de poupança, pois quem “poupa” são os trabalhadores, mas quem se apropria da “poupança” assim realizada, são os capitalistas seus empregadores.

Enquanto isso, a população brasileira ainda era dispersa, pois a maioria dos habitantes continuaram residindo em áreas rurais. A alta taxa de crescimento da população até a década de 30 é explicada pela entrada de imigrantes estrangeiros. As taxas de natalidade e mortalidade, devido às epidemias e desnutrição, eram bastante elevadas e o crescimento vegetativo minguava. Em 1920, o Brasil tinha pouco mais que 30,6 milhões de habitantes.

Do início do século XX até o início da década de 1930, o Brasil vive a primeira fase da transição demográfica, apresentando as seguintes características: subindustrialização, mão de obra abundante, porém desqualificada, o que se refletia em baixos salários, altas taxas de natalidade e de mortalidade, e baixo crescimento vegetativo.

Este panorama muito lembra a teoria de Malthus, onde os baixos salários não são suficientes para atender as necessidades de saúde e alimentação da população, elevando assim a taxa de mortalidade e impedindo o crescimento demográfico. Porém, o subdesenvolvimento econômico até 1930, em particular o subdesenvolvimento industrial, não se atribuiu a grande massa de trabalhadores pobres do país, como afirmava Malthus, e sim a uma política protecionista que impedia o desenvolvimento capitalista.

4.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DE 1930 ATÉ A DÉCADA DE 1970.

De 1929 a 1933, o mundo viveu uma crise econômica que ficou conhecida como a Grande Depressão. O nível de atividade econômica em quase todo o mundo reduziu-se e a maior característica desta crise foi o desemprego, que chegou a 22% na Inglaterra, 24% na Suécia, 27% nos Estados Unidos e 44% na Alemanha (LACERDA, 2010, p.71).

Em 1930, o comércio mundial reduziu em 60%. No Brasil as exportações do café, principalmente a demanda do mercado norte americano, que há muito tempo já

havia estabilizado, entraram em queda. As políticas brasileiras de defesa deste produto não surtiram resultados positivos no período da Grande Depressão, o que ocasionou a perda da hegemonia política pela burguesia cafeeira em favor da classe industrial ascendente. Segundo Lacerda (2010, p. 75):

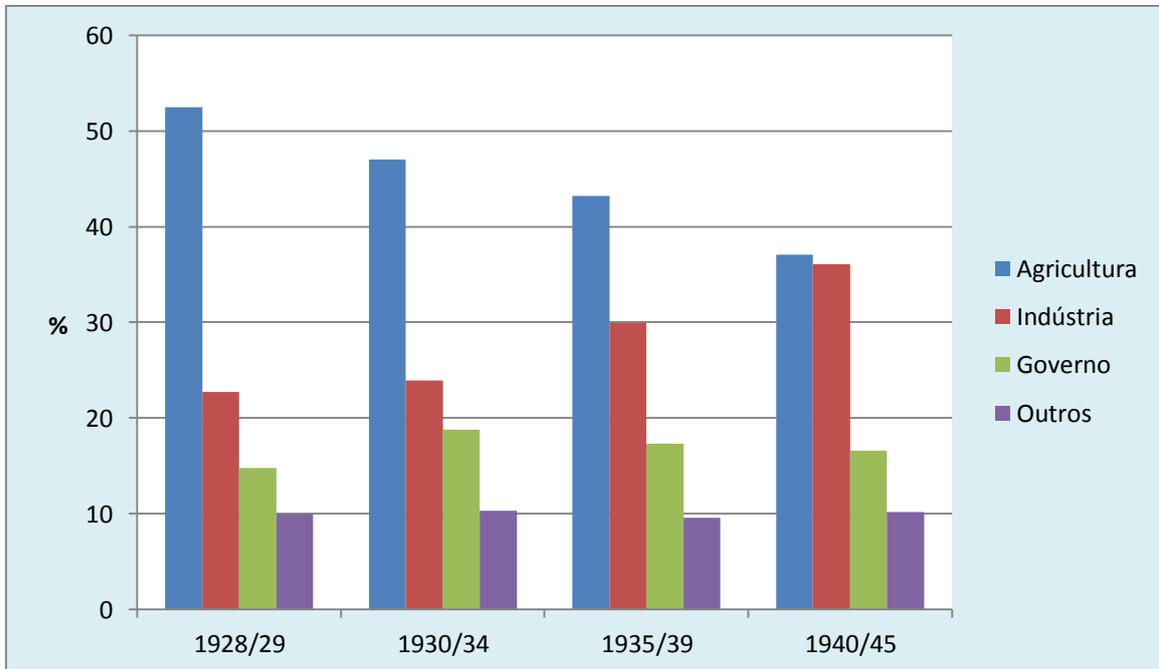
Devido a Grande Depressão, houve uma queda no nível de renda de 25% a 30%, e o índice de preço dos produtos importados subiu 33%. Como consequência, a redução das importações foi da ordem de 60%, baixando de 14% para 8% do produto interno. Parte da procura, antes satisfeita com importações, passou a ser atendida pela oferta interna. Com isso, a demanda interna passaria a ter importância crescente como elemento dinâmico nessa conjuntura de recessão mundial. A intensidade da procura interna criou uma situação nova, com a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital e no conjunto de investimentos no país.

Com a crise do café surgiram novos estímulos para o investimento na indústria. Os grandes produtores da elite do café passaram a investir seu capital no setor industrial, tornando-se empresários capitalistas. Outro grupo social do qual saiu grande parte dos empresários da indústria foram os comerciantes importadores e exportadores e os empresários imigrantes (LACERDA, 2010, p.56)

Para o Brasil, a Grande Depressão originou a rápida ascensão da indústria, que passou a ser o principal fator de geração de renda. Foi um momento onde a economia brasileira rompeu com o modelo primário-exportador em favor de um modelo de desenvolvimento voltado para a produção industrial, com intuito de atender o mercado interno. Este fenômeno explica o conceito do Processo de Substituição de Importações, ou PSI. Segundo Gremaud (2010, p. 351):

A desvalorização de câmbio provocou forte elevação nos preços dos produtos importados. Essa elevação junto com a própria dificuldade em se importarem produtos pelo contingenciamento, tornou os produtos nacionais atraentes. Os produtos nacionais passaram então a substituir os produtos importados no atendimento à demanda. Assim, tal demanda, que foi minimamente mantida pela política de estoque e queima de café, acabou por ser deslocada dos produtos importados para os produtos nacionais, entre os quais muitos produtos industriais.

A demanda externa deixa de ser o elemento essencial na determinação do nível de renda nacional e o consumo e o investimento doméstico passam a ser o centro dinâmico da economia brasileira. No gráfico abaixo podemos observar o quanto o setor industrial passa a ganhar espaço em detrimento ao setor agrícola, na década de 1930 até 1945, na geração de valor adicionado na economia brasileira:

Gráfico 8: Participação dos Setores no Valor Adicionado Brasil - 1928/1945

Fonte: Gremaud; Vasconcellos; Toneto Júnior (2010, p. 348).

No período de 1929-1937, a produção industrial cresceu 50% e a produção primária para o consumo interno aumentou 40%. A renda nacional aumentou 20%, enquanto a renda per capita subiu 7%. A instabilidade política vivida no país, devido ao golpe militar ocorrido em novembro de 1937 liderado pelo então presidente Getúlio Vargas, gerou uma queda na taxa de crescimento do produto industrial de 1938 a 1942. Neste último período, a taxa de crescimento do PIB ao ano foi de 0,4% (LACERDA, 2010).

Entre 1942 e 1945, a taxa média de crescimento industrial foi de 9,9%, porém a escassez de bens intermediários e de capital era um sério problema para o desenvolvimento deste setor da economia. Mesmo assim, segundo Lacerda (2010), neste período a taxa média anual do PIB foi de 6,4%. Em 1947, o governo adota medidas de controle cambial que, aliado ao sistema de licenciamento de importações, reduz o déficit comercial em 1948 chegando a US\$ 18 milhões de superávit em 1949.

Em 1940, o país possuía características eminentemente agrícolas, com 2/3 da sua população de pouco mais de 41 milhões de habitantes concentrados nas

zonas rurais. O desenvolvimento industrial iniciado na década de 30 incentivou o desenvolvimento em tecnologia, educação e saúde (IBGE, 2007).

No âmbito da saúde, os avanços no controle de pragas e epidemias deu início a redução da taxa de mortalidade, que até então se mostrava bastante elevada. O resultado de tal investimento é o aumento da população, já que o momento foi de queda na taxa de mortalidade e estabilidade na taxa de natalidade. Este fenômeno se estendeu até a segunda metade da década de 1960.

No âmbito internacional, a década de 1950 iniciou marcada pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Neste momento o principal interesse econômico dos americanos era reconstruir a Europa e o Japão do pós-segunda guerra, deixando à própria sorte os aliados latino-americanos, inclusive o Brasil. Internamente o setor industrial brasileiro continuou esbarrando nas taxas cambiais, que dificultavam a importação dos bens de produção necessários ao desenvolvimento.

A fim de atender a demanda por bens de capital, o governo Getúlio Vargas iniciou um processo de tentativa de implantar as bases de uma indústria pesada no país. Tais projetos restringiam as possibilidades de financiamentos externos e a participação de capitais estrangeiros. O objetivo era financiar a indústria de bens de capital com as altas taxas de lucro das atividades industriais, impulsionadas pelas políticas de valorização cambial e pela transferência dos excedentes do setor agroexportador para a indústria.

Mas a tentativa do governo de Vargas de implantar um projeto nacionalista, ou seja, sem ajuda de capital estrangeiro, enfrentou dificuldades políticas entre as classes de trabalhadores da indústria e a burguesia nacional. Ao contrário do projeto nacionalista de Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek utiliza o planejamento, através de seu Plano de Metas, como instrumento para garantir sua proposta de desenvolvimento industrial acelerado. Segundo Lacerda (2010, p. 95):

A experiência brasileira de planejamento estatal, consubstanciada no Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, é considerada um caso bem-sucedido de formulação e implementação de planejamento. Além dos amplos projetos estatais de Infraestrutura, o Estado conseguiu articular grandes somas de investimentos privados de origem externa e interna, destinadas a áreas como indústria automobilística, construção naval e construção aeronáutica, tomando como exemplo apenas os setores em que o transbordamento dos efeitos interindustriais das cadeias produtivas, a montante e a jusante, são extremamente importantes.

De 1956 a 1961, a formação de capital do governo central cresceu a uma taxa anual de 15%. No mesmo período, a taxa anual de crescimento do PIB foi de 8,2% e a renda per capita aumentou 5,1% ao ano. A produção de bens de capital e bens de consumo duráveis atingiram taxas anuais de crescimento de 26,4% e 23,9%, respectivamente. Ainda neste período, o investimento na indústria de transformação foi de 22% ao ano.

Segundo Gremaud (2010), o motor dinâmico do Processo de Substituição de Importações era o estrangulamento externo, pois os estrangulamentos funcionavam ao mesmo tempo como limite e estímulo ao desenvolvimento industrial. Devido à crise externa, primeiro o país sentiu a necessidade de investir em bens de consumo não duráveis (têxteis, calçados, alimentos) e duráveis (eletrodomésticos, automóveis). Depois, a fim de substituir a importação da demanda das indústrias desses bens, passa a investir em indústrias de bens intermediários (ferro, aço, cimento) e bens de capital (máquinas, equipamentos). Gremaud (2010, p. 355):

[...] conforme o investimento e a produção avançavam em determinado setor, geravam-se pontos de estrangulamentos em outros. A demanda pelos bens desses outros setores era atendida por meio de importações. Com o correr do tempo, tais bens passam a ser objetos de novas ondas de investimento no Brasil, substituindo as importações que até então se faziam. Dentro dessa lógica, caracteriza-se a industrialização por etapas; a pauta de importações ditaria a sequência dos setores objeto dos investimentos industriais.

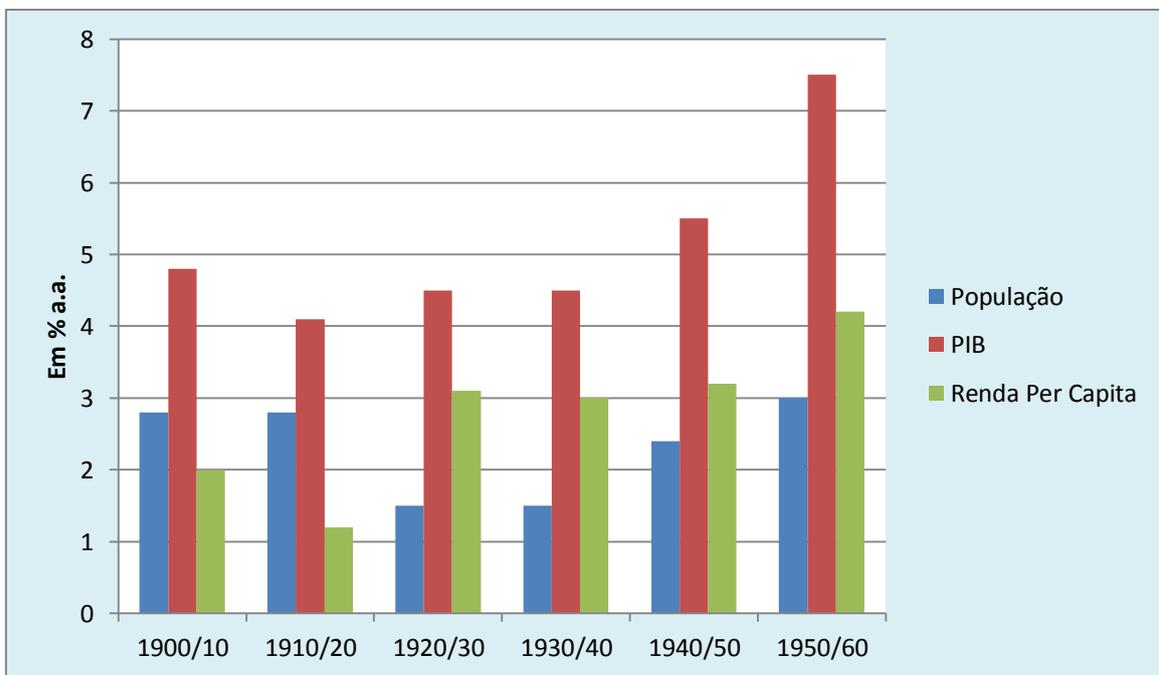
Baseado em estudos que apontavam uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis, o Plano de Metas de JK vai além do Processo de Substituição de Importações, já que ele não se limitava a resolver problemas de estrangulamentos externos, mas buscava promover uma estrutura industrial integrada. O raciocínio era, desenvolver o setor de bens de consumo duráveis, que responderia gerando uma demanda por bens intermediários. Ao desenvolvimento do setor industrial de bens intermediários, o resultado seria a geração de mais empregos e aumento de demanda por bens de consumo não duráveis.

O Plano de Metas ainda investiu em mais dois setores importantes da economia: Infraestrutura, com investimentos estatais, com destaque para as áreas de transporte e energia elétrica; e setor de bens de capital. O rápido crescimento da produção industrial, observado entre os anos de 1955 a 1962, demonstra que o cumprimento das metas estabelecidas gerou um resultado bastante satisfatório, com

profundas mudanças estruturais na base produtiva.

A segunda metade do século XX inicia com um fato curioso: a década de 1950 apresentou até então as maiores taxas de crescimento do PIB e de crescimento vegetativo da população. O censo demográfico de 1960 apresenta uma população pouco maior que 73 milhões de pessoas e a maior taxa de crescimento vegetativo. Este fato, resultado da contínua queda da taxa de mortalidade e alta taxa de natalidade, não impediu o desenvolvimento econômico do período, assim como o crescimento médio da renda per capita. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 9: Crescimento da População, PIB e Renda Per Capita no Brasil, por períodos: 1900-1960



Fonte: Alves e Bruno, (2006, p.3).

Nas décadas de 1940 e 1950, o aumento da população não impediu o crescimento econômico, já que o PIB apresentou crescimento médio de 5% no período, percentual superior aos 2,8% de média do crescimento populacional (GREMAUD, 2010). A industrialização neste período também foi fator determinante para a urbanização do país. Urbanização esta que se deu graças à substituição do trabalho no campo, principalmente do setor cafeeiro e da agricultura de subsistência, pelo trabalho assalariado que se apresentava como muito mais interessante e dinâmico para a economia brasileira.

4.2.1 O Fluxo Migratório Dentro do País

A partir do início do Processo de Substituição de Importações até o Plano de Metas, as características da economia brasileira mudam substancialmente. O Brasil deixa de ser um país agroexportador e apresenta-se como um país urbano-industrial. A falta de investimento no setor agrícola aliada a estrutura fundiária, desestimula a agricultura que já não gera mais emprego suficiente na área rural.

O investimento em rodovias, que tinha a intenção de interligar as regiões a fim de aumentar a integração econômica, serviu também para facilitar o deslocamento das pessoas que partiam em busca de trabalho. Na década de 1950, período de maior migração inter-regional, estima-se que 11 milhões de brasileiros migraram da área rural para a urbana, e 46,3% destes saíram do nordeste.

Essas pessoas migravam da área rural para as cidades e depois para os grandes centros industriais, localizados principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda na década de 1950 na região Sudeste, cerca de 4 milhões de pessoas migraram da área rural para as principais regiões metropolitanas da própria região. Este fenômeno caracteriza o acontecimento de um desenvolvimento industrial espacialmente concentrado.

Houve também as migrações chamadas de movimento rural-rural. Ainda em 1941, devido à grande seca ocorrida no sertão nordestino, o Governo Federal incentivou a mobilização de mais de 55 mil trabalhadores nordestinos para os seringais da Amazônia. Já na década de 1950, intensificaram-se as migrações para as expansões das fronteiras agrícolas dos estados do Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul.

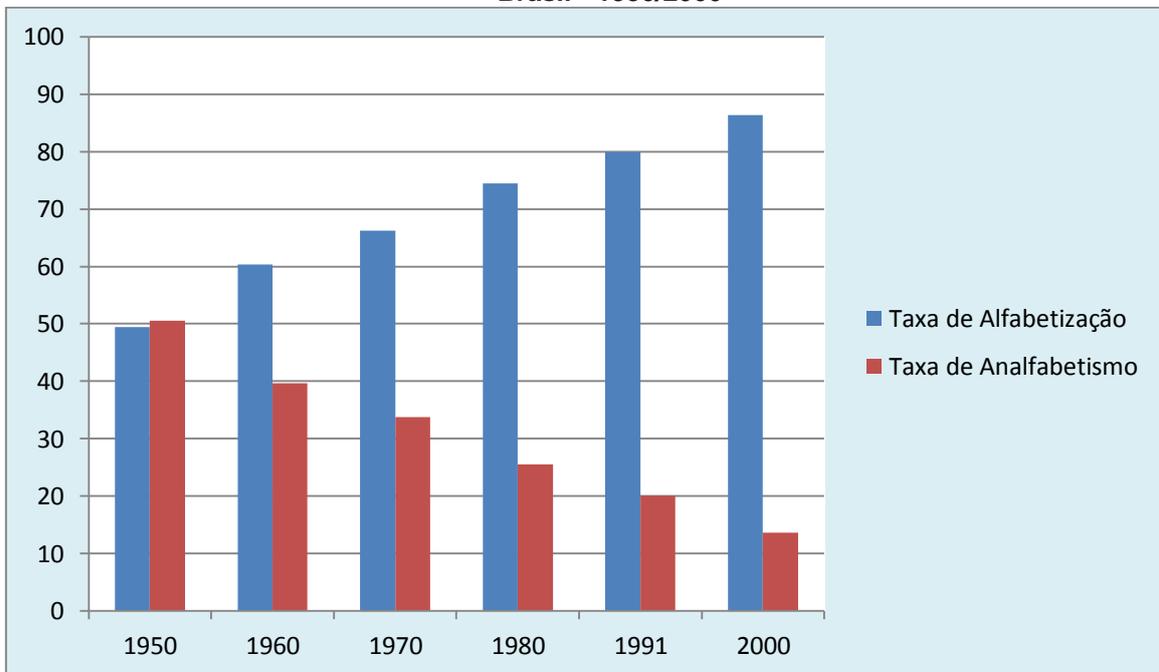
Mas sem dúvida, uma das maiores características da transição demográfica ocorrida no século XX foi a passagem de um Brasil rural para um Brasil urbano. A força de trabalho antes concentrada no campo é transferida para as indústrias, o que resulta no êxodo rural, ou seja, o homem do campo migra para os centros urbanos em busca de trabalho.

Apesar de a urbanização ter acontecido de forma rápida e não planejada, morar nas cidades proporcionava maior bem estar para as pessoas, já que a área rural não oferecia qualquer infraestrutura. O Estado, através da Legislação

Trabalhista, visa à formação e regulação de um mercado de trabalho urbano, definindo os direitos e deveres dos trabalhadores. Também são traçadas medidas de investimento em infraestrutura nos centros urbanos, principalmente nas áreas de saneamento básico, saúde e educação.

Os investimentos adotados na área de educação são percebidos na queda do percentual de analfabetos da população brasileira na faixa etária de 15 anos ou mais, que em 1950 eram pouco mais de 50%, caindo para 25% em 1980. Outro ganho da população, no âmbito da infraestrutura, foi o aumento do número de domicílios abastecidos com água oriunda da rede geral.

Gráfico 10: Taxa de alfabetização e analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil - 1950/2000



Fonte: IBGE (2007).

Tabela 3 - Domicílios Particulares Segundo Abastecimento de Água - Brasil - 1960/2000

Abastecimento de Água	% por década				
	1960	1970	1980	1991	2000
Rede Geral	21,08	32,81	54,91	70,72	77,82
Poços/nascentes	33,09	24,58	29,8	18,95	15,58
Outros	45,82	42,61	15,14	10,33	6,61

Fonte: Alves (2004, p. 26).

Na década de 1960 seis milhões de pessoas migram no sentido rural-urbano na região Sudeste. Na década seguinte, 1970, esse fenômeno se intensifica também nas regiões Nordeste e Sul. Nesta última região sai do campo quase metade da população rural (45,5%). Patarra (2003) comenta que “[...] esse êxodo rural tão rápido é atribuído aos subsídios, aos incentivos econômicos e ao aparato institucional mobilizado para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturais altamente poupadoras de mão de obra no campo [...]”. Cita ainda que:

Aproximadamente 5 milhões de pessoas deixam o Nordeste rural, nessa década (1970), e o Sudeste constitui o segundo fornecedor, com aproximadamente 1,5 milhões de pessoas. No caso do Sudeste, é considerado verossímil que a mecanização, a pecuarização e a continuidade da dissolução das colônias de café tenham se associado a um mercado de trabalho urbano em expansão para promover a continuidade do processo de desruralização que havia tido seu auge na década anterior. No caso do Nordeste, por outro lado, essa nova leva é considerada associada a um certo nível de pecuarização, mas, sobretudo, à expulsão generalizada de “moradores” dos engenhos e às oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante o milagre econômico. (2003, p. 25)

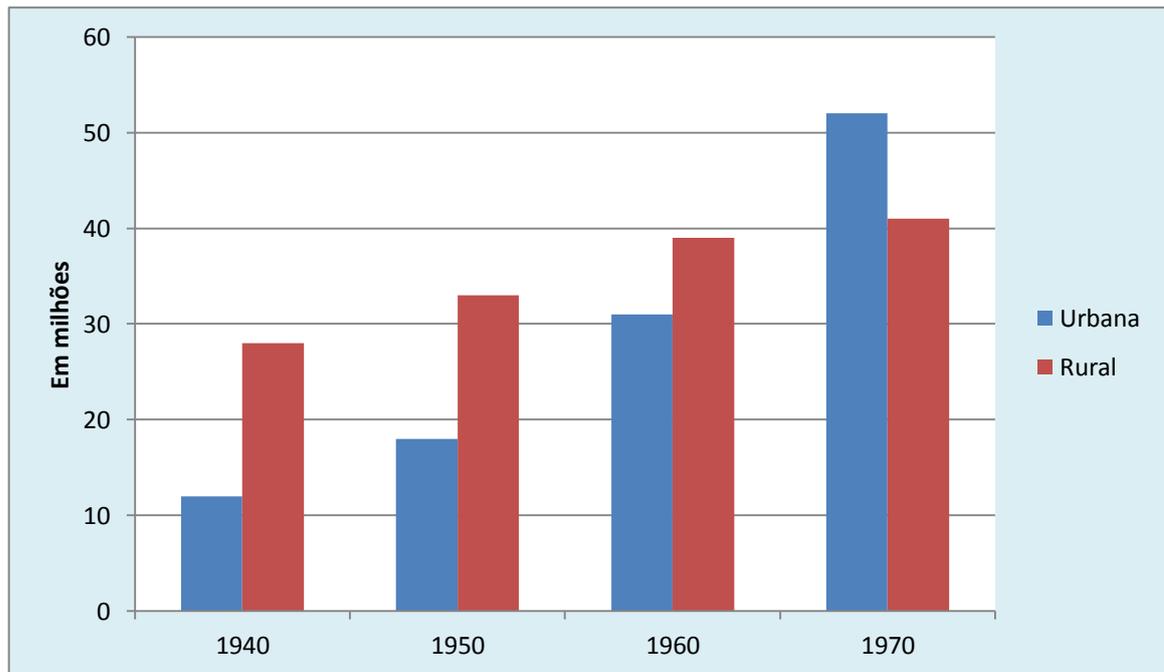
Durante a década de 1970 o país viveu uma explosão do crescimento urbano. Os investimentos em tecnologia dos bens de capital utilizados nas indústrias dos centros urbanos chega até os maquinários utilizados no campo, é o processo de mecanização da agricultura e da pecuária. Agora é a agroindústria que expulsa o excedente de mão de obra do campo, que sem trabalho acaba indo parar nas cidades.

Esta década inicia com uma população de 93 milhões de habitantes e pela primeira vez um percentual maior de pessoas morando nas zonas urbanas (56%) que nas zonas rurais (44%). A explosão do crescimento urbano nesse período aumenta a diferença do percentual urbano e rural, assim, no fim da década de 1970

mais de 67% da população habitavam em áreas urbanas. O destaque aqui é o estado de São Paulo, que recebeu 31% dos emigrantes interestaduais neste período.

Gráfico 11: População Residente por Situação de Domicílio

Brasil - 1940/1970



Fonte: IBGE (2007).

4.2.2 Década de 1960, Instabilidade Política e Desaceleração da Economia

O país iniciou a década de 1960 com sua economia em pleno desenvolvimento, estendendo-se até 1962, quando dados econômicos começaram a apontar para uma recessão que se iniciou em 1963. Muitas foram as explicações para a diminuição do ritmo de crescimento econômico a partir deste último ano, mas com certeza a própria complexidade daquele momento histórico, de conflitos políticos-sindicais e econômicos, muito contribuíram para tal fato. Segundo Lacerda (2010, p. 106):

Após um período de intenso crescimento do PIB, entre 1956 e 1962, a economia brasileira sofreu uma desaceleração que perdurou até 1967. Entre 1962 e 1967, a taxa média de crescimento do PIB caiu à metade

daquela alcançada na período anterior. A taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo, um dos principais determinantes do ritmo de crescimento de um país, começou a cair já em 1962, tornando-se negativa em 1963, o que ocorreu com o crescimento da produção industrial. A inflação disparou e atingiu uma taxa anual de 90% em 1964, considerada extremamente alta, mesmo para os permissivos padrões brasileiros de convivência com a inflação daquela época.

Outro fato que contribuiu para a desaceleração da economia foi a superestimação das dimensões do mercado interno. A demanda dos bens de consumo duráveis não cresceu de maneira satisfatória, muito provavelmente em função da baixa renda per capita e da alta concentração de renda no país. O que se observa é que a industrialização de substituição de importações se desenvolveu empregando poucos trabalhadores, pois usava tecnologia poupadora de mão-de-obra, e lhes pagava baixos salários, o que mostrou a ineficiência de conseguir formar seu próprio mercado consumidor.

As dificuldades econômicas e sociais acabaram por levar o Estado a sofrer, em 1964, um golpe militar, que impôs de forma autoritária uma solução para a crise política e implementou reformas institucionais, a fim de conduzir a política econômica de forma adequada e segura. Ironicamente, o novo governo ditador vai permitir a retomada do crescimento econômico e a realização do “Milagre Econômico” brasileiro.

O governo Castelo Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, que tinha como objetivo conter o processo inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais e aumentar o investimento e com isso o emprego. Segundo Gremaud (2010, p. 384):

As reformas do PAEG alteraram praticamente todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. Montou-se um esquema de financiamento que viabilizaria a retomada do crescimento, e dotou-se o estado de maior capacidade de intervenção na economia. A política adotada no PAEG obteve grande êxito na redução das taxas inflacionárias e em preparar o terreno para a retomada do crescimento.

Apesar de o governo autoritário seguir em direção da retomada do crescimento econômico, muitas eram as críticas dirigidas contra o autoritarismo na implementação das transformações institucionais e na execução da política de estabilização. Tal situação demonstrava que o liberalismo econômico, tão pregado pelo governo militar, não era acompanhado de liberalismo político.

No âmbito demográfico, o início da queda da taxa de fecundidade, em 1965, aconteceu justamente no período em que a economia brasileira sofreu uma desaceleração, 1962 a 1967. O interessante é que não houve qualquer imposição do governo quanto ao controle do número de filhos por mãe, ou seja, a decisão da redução da prole partiu das próprias pessoas.

Durante a década de 1960 o Brasil deixou de ser um país rural. Seus habitantes intensificaram as migrações rumo aos centros urbanos e, quando lá chegaram as famílias perceberam que criar um filho na cidade custava muito mais caro que criá-lo no campo. Esta nova realidade, aliada ao acesso aos anticoncepcionais, deu início a uma pequena queda na taxa de fecundidade. Apesar deste fenômeno ter começado a se manifestar na segunda metade da década, só foi percebido no censo demográfico de 1970.

4.2.3 O Milagre Econômico

Ainda na década de 60, mais precisamente a partir de 1968, se estendendo até 1973, o país apresentou as maiores taxas de crescimento do produto brasileiro, situando-se acima de 11% a.a., com destaque para o produto industrial. Este período ficou conhecido como “Milagre Econômico”, que segundo Lacerda (2010, p. 119):

O que se convencionou chamar de *milagre econômico* brasileiro foi um período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial entre 1968 e 1973. A economia brasileira beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais para aumentar sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior. Novamente, nesse ciclo expansivo, observou-se a predominância dos setores produtores de bens duráveis e de bens de capital, a partir da estrutura industrial implantada ainda no plano de Metas. Uma das características marcantes desse processo, como já enfatizado, foi a presença de capital estrangeiro, na forma de investimentos diretos e, especialmente, por meio de empréstimos [...].

Quem comandou esse novo ciclo de crescimento econômico foram os setores de bens de consumo duráveis e de bens de consumo de capital, que atingiram, respectivamente, 23,6% e 18,1% média de crescimento. Além destes, vale destacar outros setores que, de forma mais modesta, também apresentaram crescimento: o setor de bens de consumo leve não duráveis e o setor agrícola que

cresceu em média 4,5% a.a.; o setor de bens de capital cresceu 18% a.a.; e o setor de bens intermediários que apresentou taxa de crescimento de 13,5% a.a. (LACERDA, 2010).

Neste período do milagre econômico se torna fácil observar o quanto desenvolvimento econômico e transição demográfica interagem, pois todo o cenário sócio econômico muda. O crescimento vivido, impulsionado pelo desenvolvimento industrial, leva o Brasil a testemunhar uma realidade há muito já observada nas grandes potências, a inserção da mulher no mercado de trabalho. Esta nova característica da mão-de-obra brasileira, aliada à popularização dos métodos anticoncepcionais, à redução da mortalidade infantil e ao aumento da esperança de vida, resulta na diminuição das taxas de fecundidade e de crescimento populacional.

No Brasil o maior percentual na queda da taxa de fecundidade, de 1965 até o final da década de 1970, pôde ser observado justamente nas regiões mais ricas, que apresentavam maior renda per capita. Quando comparadas as variáveis renda familiar com número de filhos, o que se observava é que, contrariando a teoria de Malthus, eram variáveis com variação inversamente proporcional.

Esta realidade gerou um problema social para o Brasil, pois durante o milagre econômico os índices de produção não refletiam em aumento de bem estar para uma grande parcela da população. Neste período, a renda concentrou-se ainda mais, devido à diminuição real do valor do salário mínimo.

Do total de assalariados, 50% destes eram classificados como mais pobres, e detinham apenas 17,6% da renda total. Aqui, a evolução da perda do poder de compra do salário mínimo foi de 42% de 1964 a 1974 (LACERDA, 2010), é fator determinante, pois mais da metade dos assalariados recebiam até um salário mínimo. Já os que recebiam entre um e dois salários mínimos, o percentual era de 22,8. Isso demonstra que em 1972, 75,3% dos assalariados recebiam até dois salários mínimos.

Esta situação trouxe consequências para a sociedade, como por exemplo, o aumento dos acidentes de trabalho, resultado das horas extras e da grande intensidade de trabalho. A diminuição do poder de compra do salário do chefe da família levou a um aumento do número de pessoas empregadas por família (talvez seja a explicação do maior número de mulheres no mercado de trabalho). A assistência à saúde se deteriorou, a ponto de ocorrerem epidemias, como a de meningite. Houve também uma elevação da taxa de mortalidade infantil.

O agravamento do quadro social do país era incompatível com o enorme aumento da riqueza nacional. Lacerda (2010, p. 127) relata que uma das interpretações do “Milagre Econômico” teria sido “[...] um intenso crescimento da acumulação capitalista beneficiado por altíssimas taxas de lucro, resultantes por sua vez da compressão dos salários dos trabalhadores, de maneira tão exagerada que chegou a ameaçar a continuidade do processo de crescimento”.

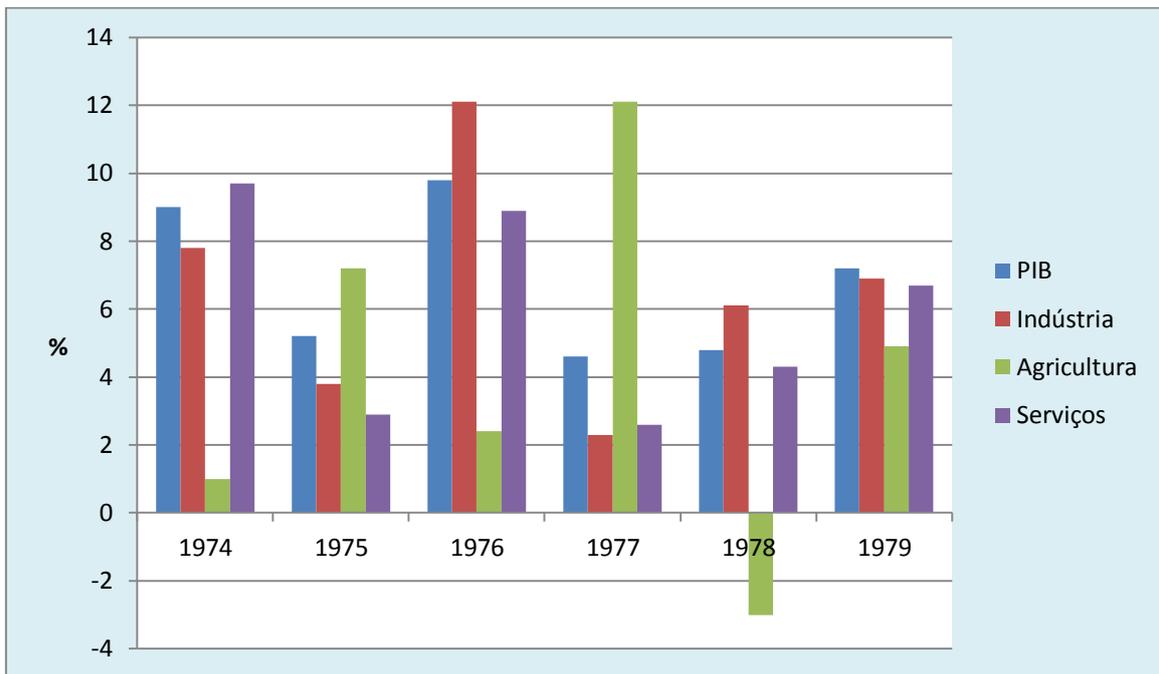
4.2.4 O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)

Em 1974 foi empossado como presidente o general Geisel, que tinha o desafio de dar continuidade ao desenvolvimento econômico. Além disso, as questões sociais também teriam que ser enfrentadas, e o objetivo era incentivar a agricultura voltada para a produção de alimentos, a fim de barateá-los.

O II PND, implantado pelo governo Geisel, priorizava investir nas indústrias produtoras de bens de capital e bens intermediários, consideradas os grandes pontos de estrangulamento que impediam a continuidade do desenvolvimento econômico. O objetivo era reduzir as importações dos bens de capital de 52% para 40%.

Quanto aos insumos, previa-se aumentar a produção de aço de 7 milhões de toneladas (1974) para 18 milhões em 1980. Também pretendia-se triplicar a produção de alumínio e aumentar a produção de zinco de 15 mil toneladas para 100 mil. A intenção era manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a., e o crescimento industrial em torno de 12% a.a.. O gráfico 14 demonstra que essas metas não foram atingidas (GREMAUD, 2010).

Gráfico 12: Produto- Taxas de Crescimento: 1974/1979

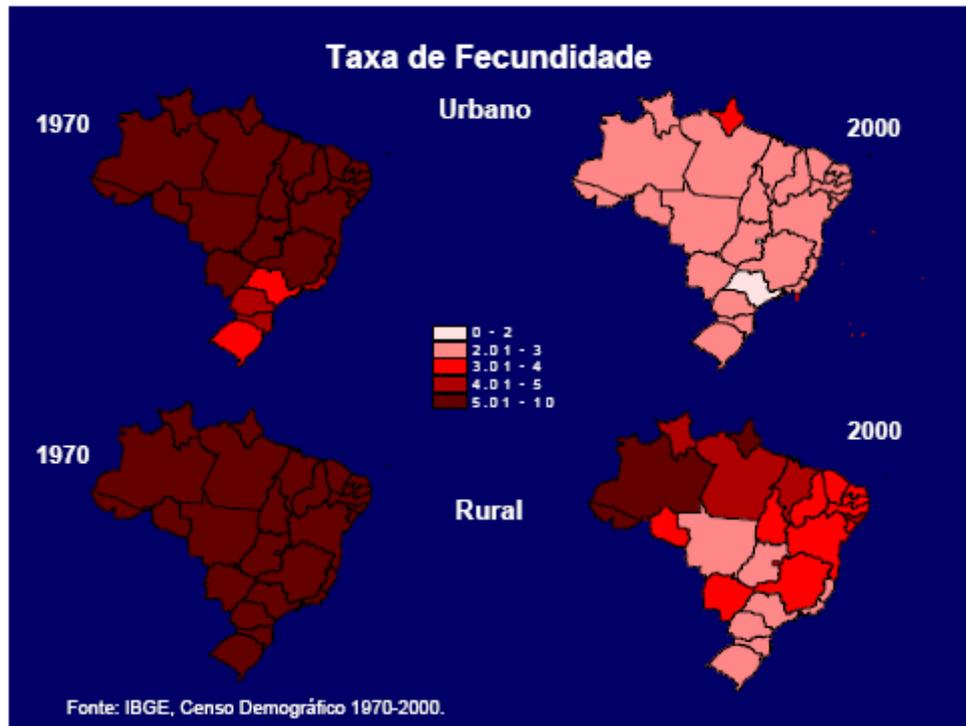


Fonte: Gremaud; Vasconcelos; Toneto Júnior (2010, p. 402).

Em 1979, devido à crise do segundo choque do petróleo, houve um aumento da taxa de juros internacional, o que elevou os juros líquidos da dívida externa brasileira para a marca de 28% do valor das exportações, e de 1978-79 a dívida externa chegou a US\$ 17 bilhões. Os déficits públicos geravam pressões inflacionárias e a taxa de inflação chegou a 77% neste ano (GREMAUD, 2010, p.406).

Enquanto os índices da economia deixavam a desejar, a taxa de fecundidade chegou ao final da década de 1970 apresentando 4,4 filhos por mulher. Essa tendência de declínio da fecundidade continuou acentuada nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas, enquanto as regiões Norte e Nordeste, assim como toda área rural, continuaram a apresentar altas taxas de fecundidade. Como as regiões Sul e Sudeste juntas detinham 56% da população, as regiões menos desenvolvidas não impediram que a taxa de crescimento da população continuasse caindo.

Figura 2 – Taxas de fecundidade no Brasil (1970 e 2000)



Fonte: Neri (2005, p.8).

4.3 PERÍODO DE ESTAGNAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

A década de 1980 foi marcada por um grande desequilíbrio econômico no país e no exterior. Logo nos primeiros anos da década o Brasil viveu um grave desequilíbrio do balanço de pagamento, que levou as autoridades econômicas a recorrerem ao Fundo Monetário Internacional-FMI. No mesmo momento que o PIB caiu, a inflação alcançou seus mais altos índices. Esse período passou a ser conhecido como Década Perdida. Lacerda (2010, p. 142) completa:

A chamada *década perdida* caracterizou-se pela queda nos investimentos e no crescimento do PIB, pelo aumento do déficit público, pelo crescimento das dívidas externa e interna e pela ascensão inflacionária. O PIB apresentara um crescimento médio de 7% entre 1947 e 1980, caindo para 2% entre 1981 e 1990. Em função deste desempenho medíocre do PIB, a renda per capita manteve-se praticamente constante ao longo da década de 1980.

Em 1980, o déficit em transações correntes foi de US\$ 12,8 bilhões. Este resultado levou a política macroeconômica a se voltar para o controle da absorção interna, reduzindo as necessidades de divisas estrangeiras. Tal recessão teve como efeito a queda do PIB brasileiro em 4,3%, em 1981. O país acabou tendo que recorrer ao FMI em 1982 (LACERDA, 2010).

A desvalorização cambial em 1983, em torno de 30%, aliada ao aumento dos preços dos produtos agrícolas, resultou numa inflação de 211% naquele ano, o que gerou uma perda de 15% no poder de compra dos assalariados, levando a população ao empobrecimento. A produção industrial caiu 5,2%, provocando uma taxa de desemprego neste setor de 7,5%.

De 1981 a 1983, o setor de bens de capital sofreu uma retração de 55%, enquanto a renda per capita uma perda de 11% a.a.. A queda expressiva da atividade econômica combinada com o grande crescimento da inflação, situação vivida nesse triênio, caracterizou a estagflação⁴ (LACERDA, 2010)

A crise econômica acabou gerando uma grande insatisfação contra o regime militar, que passou a sofrer pressões políticas, resultando em eleição indireta (1985) pelo Congresso Nacional, para um governo civil. Este novo governo tinha como objetivo desindexar a economia por meio do uso de políticas de rendas apoiadas no congelamento de preços.

Antes da mudança presidencial, ainda em 1984, deu-se início à modesta retomada do crescimento econômico. A economia mundial apresentou sinais de melhora e o país passou a apresentar superávits na balança comercial, o que serviu para cumprir seus compromissos externos, sem ter que recorrer a novos empréstimos. Segundo Martine (1994, p. 30):

Essa opção pelo crescimento econômico traduziu-se no aumento do PIB real em 5,3% em 1984, 7,9% em 1985 e 7,6% em 1986, configurando o período de melhor desempenho da economia na década. As indústrias de transformação e construção foram os setores que lideraram esse acelerado processo de recuperação econômica, com crescimento do PIB real de 8,6% e 8,2% a.a., respectivamente. Em contrapartida, houve um processo de inflação crescente, acompanhado de um acentuado aumento de déficit público, que sucessivos choques econômicos tentaram superar.

⁴ Fenômeno econômico que mesmo vivendo um processo recessivo, com queda da demanda agregada, os preços continuam subindo.

O governo da chamada Nova República estava diante da seguinte situação em 1985: economia em crescimento; o saldo comercial era suficiente para pagar a remessa de juros da dívida externa; e inflação em torno de 200% a.a.. Nesse panorama, elegeu o combate à inflação como meta principal de governo. Foram implantados vários planos econômicos: Cruzado(1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1994) e Real (1994). A maioria desses planos trazia como principal elemento o congelamento de preços.

De 1987 a 1989 a incerteza e desconfiança dos agentes produtivos, devido aos fracassos das políticas anti-inflacionárias, gerou um clima pouco favorável para o investimento produtivo. Neste período o PIB real cresceu apenas 2,2% a.a., e a inflação saltou para 600% a.a.

Os investimentos em infraestrutura, saúde e educação, iniciados em décadas anteriores e intensificados na de 1970, geraram resultados demográficos positivos na década de 80. A queda da taxa de fecundidade a partir de 1965 continuou de forma significativa nos anos 70 e 80, o que ocasionou a queda do ritmo de crescimento populacional de 2,4% para 1,9%, respectivamente (MARTINE; CARVALHO; ARIAS, 1994).

Não se pode afirmar que o baixo desempenho da economia brasileira na década de 1980 tenha, de alguma forma, contribuído para a redução da fecundidade. Mas de fato, os dados dos censos demográficos de 1980 e 1991 mostraram que o maior declínio relativo da taxa de fecundidade ocorreu justamente no grupo mais pobre da população, nas famílias com renda familiar mensal abaixo de um salário mínimo.

Mais interessante ainda, é notar que a rapidez e universalidade da queda da fecundidade brasileira ocorreu na ausência de qualquer política oficial de controle de natalidade ou de planejamento familiar, em um país de dimensões continentais, de heterogeneidades regionais e sociais enormes, e de baixos níveis de educação (MARTINE; CARVALHO; ARIAS, 1994).

Ainda na década de 1980 observa-se uma relação entre migração e dinâmica econômica-regional, principalmente devido à crise econômica, com a diminuição nos volumes da migração interestadual para o Sudeste. Essa redução do ritmo de migrações para os grandes centros urbanos da região Sudeste, acaba por gerar um processo de descentralização econômica, que teve como efeito a redistribuição espacial, ou seja, outras direções de deslocamento aparecem com

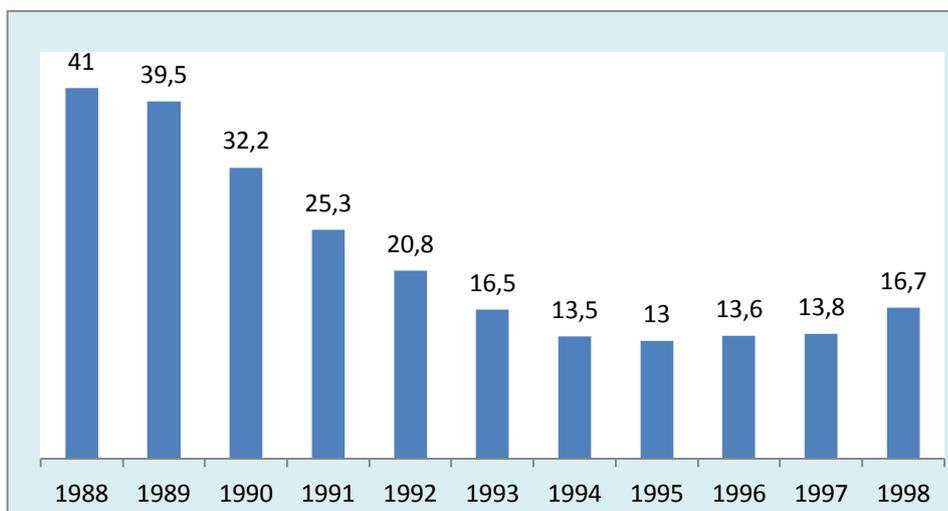
importância, como os movimentos de curta distância, de retorno e intra-regionais (AYDOS, 2009).

4.4 A DÉCADA DE 1990

No início da década de 1990, foi empossado o Presidente Fernando Collor de Mello, eleito através de eleições diretas em 1989. Este recebeu o país num quadro de instabilidade e de recessão, e total descontrolo da inflação. Devido à instabilidade vivida em toda década de 1980 e ao modelo de desenvolvimento adotado, a maioria dos setores econômicos encontravam-se atrasados tanto no âmbito tecnológico (máquinas e equipamentos) quanto nos métodos administrativos-gerenciais, se comparados com os padrões internacionais.

Foi intensificada, em 1990, a abertura da economia brasileira, iniciada ainda em 1988 com a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre suas importações. O modelo de substituição de importações já não atendia mais às necessidades do país e a estabilidade dos mercados internacionais contribuiu para uma reestruturação da economia brasileira. Assim, as tarifas de importação foram reduzidas e várias barreiras não tarifárias eliminadas. Em 1990 a tarifa nominal média de importação, que era de 41% em 1988, foi reduzida para 32,2% e continuou caindo até 1995. Observe o gráfico 13:

Gráfico 13: Alíquotas Nominais Médias de Importação, Brasil - 1988/1998



Fonte: Lacerda (2010, p. 206).

No início do governo Collor, a liberalização e a abertura econômica implicaram em uma forte necessidade de ajustes das empresas para que conseguissem sobreviver à nova realidade. Mesmo com um leve aumento nas alíquotas de importação a partir de 1996, a economia brasileira permaneceu relativamente aberta até o fim da década. Lacerda (2010, p. 208) completa:

A abertura provocou uma profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologia, embora com impactos negativos sobre o nível de emprego. A abertura brasileira se deu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores locais. Estes, ao contrário dos concorrentes internacionais, foram prejudicados com tributação e juros elevados, carência de infraestrutura e excessiva burocracia.
[...] Surgia a necessidade de articulação e definição de uma política industrial efetiva, que adaptasse o país às transformações em curso na economia mundial e fomentasse internamente a recuperação do atraso tecnológico.

Em março de 1990, foi adotado como proposta de estabilização o Plano Collor I, que combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação de preços e salários. As tributações das aplicações financeiras foram ampliadas e o câmbio passou a ser flutuante. Também aconteceu a chamada reforma administrativa, que fechou inúmeros órgãos e demitiu grande quantidade de funcionários públicos. A inflação caiu inicialmente mas antes do final do ano voltou a subir.

No ano seguinte, em janeiro de 1991, em medida de urgência devido à reaceleração da inflação, foi lançado o Plano Collor II. Mas uma vez apostava-se em congelamento de preços e salários, e novas medidas de contração monetária e fiscal. Novamente a medida de combate a inflação fracassou, o que marcou o período de 1990 a 1992 por grande recessão, aumento do desemprego e perda do valor real dos salários.

A insatisfação com a situação em que se encontrava o país, somada às denúncias de corrupção, acabaram por determinar o impeachment do presidente Collor em outubro de 1992. Assumiu o governo o vice Presidente de Collor, Itamar Franco.

Em 1993, o então ministro da Economia do governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso, implementou um plano econômico de estabilização conhecido

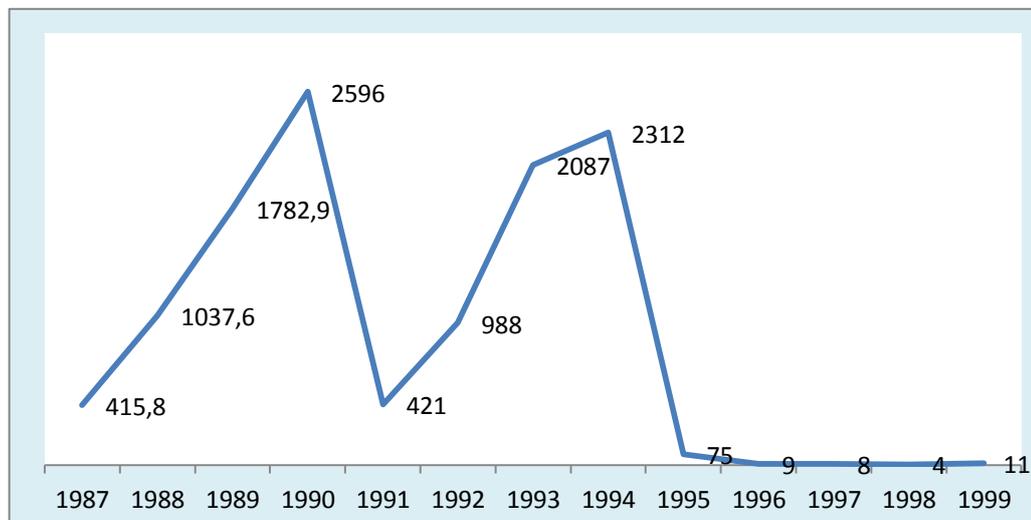
como Plano Real. Este se deu em três etapas: equilíbrio das contas do governo; criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor-URV; e a emissão de uma nova moeda nacional com poder aquisitivo estável, o Real.

O Plano Real foi implantado com o Programa de Ação Imediata-PAI, que objetivava: reduzir os gastos da União; recuperar a receita tributária; equacionar as divisas de estados e municípios com a União; aplicar um controle mais rígido junto aos bancos estaduais; reduzir a participação do governo na economia através da privatização das estatais.

Em 1994, o PIB cresceu 5,67% e a agricultura 7,6%. Entre junho de 1994 e março de 1995, a produção industrial cresceu 15,5%, e era o setor de bens duráveis que liderava o crescimento industrial (29,7%), seguido pelo de bens de capital (27,2%).

Dados do comércio do estado de São Paulo indicaram que no período de março de 1994 a março de 1995 o faturamento cresceu 18%, com destaque para o setor de bens duráveis (eletrodomésticos, automóveis, geladeiras, fogões, outros) onde se registrou 57,6% de aumento nas vendas. Sem dúvida, a queda brusca da inflação teve efeito significativo sobre o poder de compra de toda a população brasileira, além disso, o consumo também foi estimulado pelos incrementos na massa salarial e no nível de emprego (LACERDA, 2010, p. 237). Observe o Gráfico 16 de Taxa de Inflação:

Gráfico 14: Taxa de Inflação Anual, Brasil - 1987/1999



Fonte: Lacerda (2010, p. 170).

O Plano Real é considerado o mais bem sucedido plano de estabilização da economia brasileira. No pós-real, a inflação caiu e a economia tornou-se mais estável. Mas não há experiência de estabilização ou processo de abertura sem custos. Dentro dessa lógica, durante a implantação do Plano Real o crescimento tornou-se secundário, e qualquer movimento de aumento de consumo foi abortado por medidas de restrição ao crédito, elevação dos juros e aumento dos empréstimos compulsórios. Gremaud (2010, p. 461) completa:

A opção do governo em março de 1995, para fazer frente a perdas de reservas que o país vinha sofrendo, foi ampliar o controle da demanda interna, principalmente com restrições ao crédito e elevação das taxas de juros; esta última serviria também para manter a atratividade do país para o capital estrangeiro [...] Além disso, promoveu-se uma tímida desvalorização de 6% da taxa de câmbio e alterou-se a política cambial com o alargamento das bandas de flutuações, projetando-se uma desvalorização nominal da taxa de câmbio na faixa dos 7% a.a. Também buscaram-se alguns incentivos para se estimular os exportadores [...] Mais ainda, elevaram-se as tarifas de uma série de produtos, destacando-se automóveis, para os quais inclusive se introduziu o regime de quotas, o que representou um retrocesso no processo de abertura comercial.

A abertura da economia, no início dos anos 90, que visava melhorar a capacitação industrial brasileira através da concorrência, foi realizada fazendo uso de dois mecanismos: a redução tarifária e a eliminação das restrições não tarifárias às importações. Porém, as ações de apoio à modernização do setor industrial não avançaram muito. Como a estabilidade da economia era prioridade, sobrevalorizou-se a moeda nacional, o que transformou a abertura comercial no único incentivo à modernização industrial.

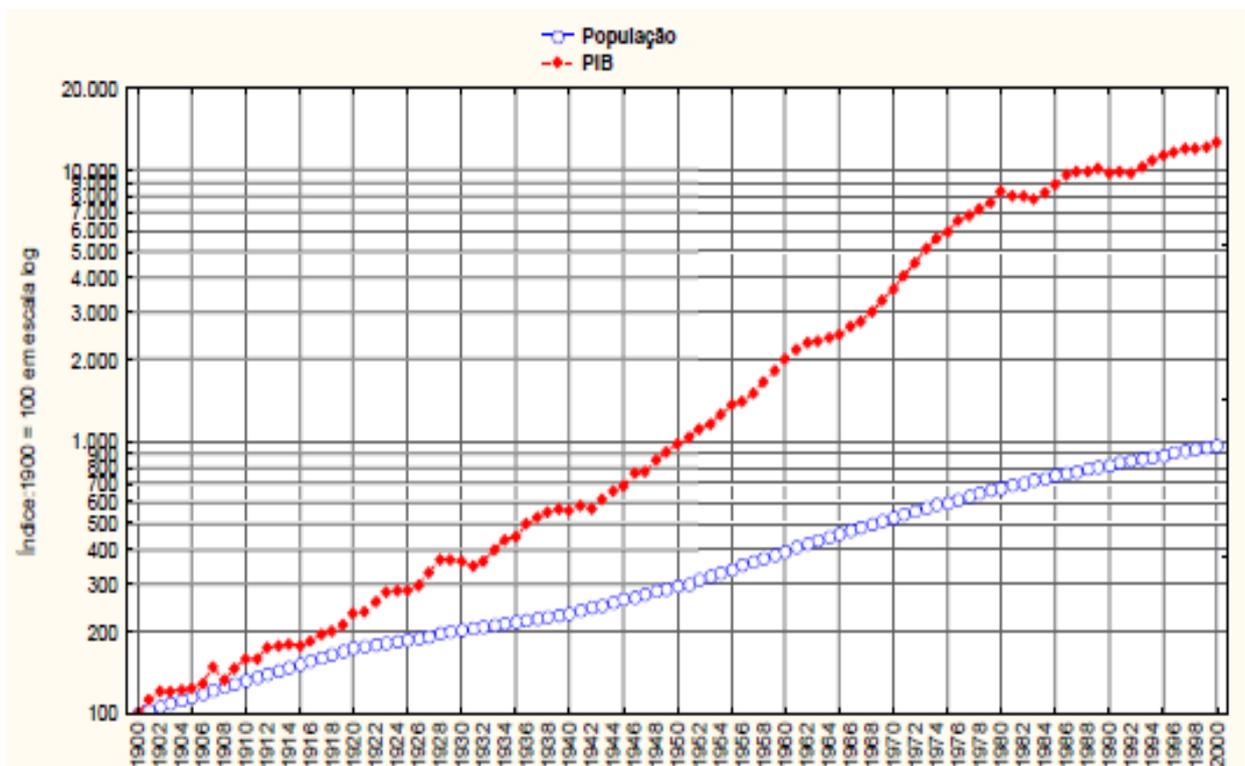
Quanto ao Produto Interno Bruto, seu desempenho durante os anos 90 foi bastante irregular. No início da década, devido à inflação elevada, chegou a apresentar queda. Depois da implantação do Plano Real e, principalmente após a estabilização da moeda, voltou a crescer, porém a taxas decrescentes. Somente no ano 2000 o PIB cresceu de forma mais significativa.

4.5 NOVO PANORAMA ECONÔMICO, NOVA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

O Brasil, que em 1900 contava com uma população de 17 milhões de habitantes, encerrou o século com 169,79 milhões de habitantes. O crescimento

demográfico não impediu seu desenvolvimento, já que o seu PIB cresceu em maiores proporções, como mostra o gráfico 17. Seu desenvolvimento industrial, que inicia concentrado na região Sudeste, chega na última década do século mais descentralizado. Esta descentralização do desenvolvimento econômico pode ser observada através das migrações internas ocorridas na década de 1990, que devido à estabilidade econômica, apresentou maiores taxas de migração que na década anterior, de 1980.

Figura 3 Crescimento acumulado da população e do PIB no Brasil: 1900-2000



Fonte: Alves (2006).

Estados nordestinos considerados perdedores de população começaram a se recuperar. Houve aumento da migração de curta distância e da intra-regional, e o Nordeste passou a perder mais população rural, em termos relativos, que as outras regiões do país. Ainda no Nordeste, houve elevação da migração de retorno, assim como aumentou sua capacidade de retenção migratória, pois os imigrantes do campo se instalavam nas cidades dos seus próprios estados ou próximas a eles.

Na última década do século XX, houve uma redução no ritmo de crescimento das metrópoles, com destaque para o estado de São Paulo que diminuiu sua capacidade de atração (9%) e aumentou a expulsão (36%). Com

exceção das metrópoles, as demais áreas urbanas continuaram a crescer, principalmente as localidades de tamanho médio que nesta época registraram 50% do crescimento demográfico brasileiro (AYDOS, 2009, p. 12).

A transição demográfica ocorrida no século XX resultou numa importante alteração nas faixas etárias da população. Agora, o peso relativo das crianças (0 a 14 anos) diminuiu e aumentou o peso dos adultos (15 a 64 anos) seguido do peso dos idosos (65 anos ou mais). Neste novo panorama as crianças e idosos são definidos como *população dependente*, e a população de adultos como população potencialmente produtiva ou *População em Idade Ativa -PIA*.

Em 1950 eram 30 milhões de pessoas em idade de trabalhar, no final do século XX passou para 113 milhões. Isso significa que a queda da taxa de fecundidade e o envelhecimento da população não são sinônimos de escassez de mão-de-obra para o Brasil. Dependendo da relação econômica que se estabeleça entre PIA e população de idosos e crianças, na relação de consumidores e produtores, por exemplo, geralmente as crianças e os idosos tendem a consumir mais do que produzem, enquanto a PIA tende a produzir mais do que consome.

Outro fato que aumenta o percentual de pessoas para o trabalho é o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Em 1950, do total de pessoas ocupadas, 13,6% eram mulheres, em 2000 esse percentual subiu para 44,1%. Também é fato que as mulheres são maioria no total de estudantes que terminam o ensino médio, assim como no total que conclui o ensino superior. Isso significa que as mulheres estão concorrendo a uma vaga no mercado de trabalho, mais bem preparadas que os homens.

A mudança no formato da pirâmide etária tende a apresentar um efeito positivo sobre a renda per capita. Considerando fixos o produto por trabalhador e as taxas de participação na força de trabalho, o simples aumento da PIA elevará o PIB per capita. Mas, o efeito macroeconômico deste fenômeno, denominado *bônus demográfico*, não é automático, e necessita de políticas econômicas adequadas.

Outra característica da população que contribui para o *bônus demográfico* é a idade mediana da população, que hoje se encontra pouco acima de 40 anos. Isso significa uma população com maiores níveis educacionais e com mais experiências acumuladas, resultando em melhores índices de produtividade, possibilitando um crescimento do excedente social e do salário da população empregada.

Para que o *bônus demográfico* não passe de uma “janela de oportunidades”,

serão necessárias políticas econômicas adequadas para que o potencial demográfico possa ser colocado a serviço do desenvolvimento socioeconômico da nação. Em 1970, o ensino fundamental precisou crescer a taxas de 3% para dar conta do aumento de demanda de crianças em idade escolar. Hoje o crescimento, principalmente no ensino fundamental e médio, pode acontecer de forma mais lenta, priorizando a modernização e a qualidade do ensino.

No âmbito da saúde, com o envelhecimento da população o país precisou de mais cuidados com as pessoas idosas, cujos tratamentos são mais complexos e caros, com períodos mais longos de internação. Quanto a previdência, o aumento da expectativa de vida população, resultou num alongamento do período em que o aposentado ou pensionista permanece no sistema.

Se a “janela de oportunidades” vai ser bem aproveitada ou não, isso só depende das políticas macroeconômicas que serão adotadas no país. O fato é que os dados até aqui apresentados mostram que a distribuição etária da população brasileira de hoje tem muito mais a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do que se transformar em ônus demográfico.

5 CONCLUSÃO

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no séc. XVIII foi o grande marco do desenvolvimento econômico na história da humanidade. Os avanços dessa industrialização geraram outros desdobramentos além do desenvolvimento econômico, como o avanço científico, tecnológico e da educação, que por sua vez foram responsáveis pelo desenvolvimento da medicina preventiva, do controle de pragas, e da infraestrutura implantada nos centros urbanos.

Outro fator que muito contribuiu para o desenvolvimento industrial foi o capital humano. À medida que os países foram se industrializando, o comportamento de seus habitantes acompanhou tais mudanças. O desenvolvimento econômico interferiu na dinâmica demográfica, ao mesmo tempo em que a população evoluiu para atender ao novo panorama econômico.

A Transição Demográfica, resultado das mudanças demográficas observadas nos países industrializados, pode ser dividida em quatro fases: a primeira fase foi observada antes da industrialização, quando as taxas de natalidade e de mortalidade eram altas, o que permitia um baixo índice de crescimento vegetativo.

A segunda fase iniciava com a queda da taxa de mortalidade. Os investimentos em ciência e tecnologia para atender ao desenvolvimento industrial, geraram também o avanço da medicina preventiva, a criação de vacinas, o controle de pragas e o saneamento nas cidades. Esses fatores aumentaram a expectativa de vida entre as pessoas, e à medida que menos pessoas morreram, a taxa de natalidade continuou alta, o que levou à segunda característica desta fase, o aumento da população.

A terceira fase da transição demográfica observada nos países industrializados foi a queda da taxa de fecundidade e da taxa de natalidade. O ingresso da mulher no mercado de trabalho, a popularização do acesso aos meios contraceptivos, e a migração dos moradores do campo para as cidades, foram os principais fatores responsáveis pelas mudanças observadas nesta fase.

Na quarta fase da transição, as taxas de natalidade já se apresentam tão baixas quanto as taxas de mortalidade, e o crescimento vegetativo volta a se estabilizar, já que passa a existir um equilíbrio entre o número de pessoas que nasce

e o número de óbitos. Esse novo desenho demográfico trouxe mudanças na estrutura etária das nações industrializadas.

Na maioria dos países Latinos, o desenvolvimento industrial se deu no século XX. No Brasil, a industrialização iniciou de forma muito tímida no final do século XIX, mas até a segunda década do século seguinte, sua economia girava em torno da exportação de produtos primários, onde o principal era o café.

A defasagem do preço deste produto a partir de 1930, efeito da grande crise mundial, obrigou a economia brasileira a desenvolver sua indústria, já que não só o preço do café, mas também da maioria dos produtos primários entra em baixa. Os efeitos da evolução industrial sobre a população já foram percebidos na década seguinte, onde a taxa de mortalidade começa a cair resultando num rápido crescimento populacional, que se estende até meados da década de 1960.

Os avanços da nova economia industrial do país proporcionaram não só a redução da mortalidade infantil, mas também a elevação da expectativa de vida da população adulta. Com mais anos de vida, a População Adulta em Idade Ativa – PIA, garantia maiores retornos econômicos para suas famílias, o que era muito produtivo para toda a economia.

Com a economia brasileira apresentando altas taxas de crescimento no final da década de 1960, a mulher passa a ser indispensável mão-de-obra no mercado interno. Enquanto isso, a evolução científica populariza os métodos anticoncepcionais e as taxas de fecundidade começam a cair a partir de 1965. O mais interessante é que a redução do número de filhos nas famílias se dá sem qualquer imposição do governo.

A crise econômica interna e externa vivida na década de 1980, não impediu que a taxa de fecundidade continuasse caindo. O motivo para tal redução seria, naquele momento, as altas taxa de inflação que reduziam o poder de compra dos trabalhadores, a renda per capita e o PIB do país. Mesmo assim, a urbanização de sua população se concretizou de forma irreversível, e o Brasil se apresentava como um país urbano.

O censo demográfico de 2000 apresentou um país completamente diferente de 100 anos antes. O aumento da esperança de vida mais do que dobrou, passando de 34 anos no início do século XX para 69 anos em 2000. Outra mudança demográfica brusca foi a redução do número de filhos por mulher, que passou de uma média de 7,7 para 2,2 no mesmo período.

Esses dois aspectos demográficos mudaram a estrutura etária do Brasil, que deixou de apresentar o tradicional formato de pirâmide e passou a ter um desenho com uma base mais estreita, o centro mais cheio, e o pico mais largo. Isso significa que o número de crianças de até 14 anos de idade diminuiu e o número de idosos com mais de 65 anos aumentou. Numa proporção ainda maior, aumentou o número de pessoas de 15 a 64 anos, em particular na faixa etária de 14 a 45 anos.

Tais mudanças trouxeram certa folga nos investimentos públicos direcionados às crianças, em particular as da faixa etária de 0 a 5 anos de idade, onde mais se constatou a redução da população. Por outro lado, o estado preocupava-se com os investimentos que terá que incrementar na assistência aos idosos, principalmente nas áreas de previdência, saúde, ocupação e assistência social.

Apesar de o número de idosos ter aumentado, a taxa de dependência de crianças (0 a 14 anos) caiu ainda mais, em proporção, e continua caindo persistentemente, compensando a elevação da dependência dos idosos (65 anos e mais). Isso significa que a redução das taxas de dependência demográfica, no momento, não deve ser considerada uma ameaça ou entrave ao desenvolvimento econômico.

Na verdade, a “carga econômica” da dependência demográfica é bastante menor nesse início do século XXI, do que em qualquer outro momento da história brasileira. E a menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico positivo, já que significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao avanço da economia.

Quando o centro da pirâmide etária brasileira alargou, o país foi dotado de uma indispensável variável para o desenvolvimento econômico, o capital humano. O Brasil termina o século XX com a maioria de sua população em idade ativa. Para os demógrafos o país vive um período de “Bônus Demográfico”, e consideram essa condição propícia ao desenvolvimento econômico.

Mas esse bônus demográfico, assim como o processo de industrialização, precisa de investimento tecnológico, científico, educacional e social. Essa “janela de oportunidade” de nada adiantará se o Brasil não for capaz de absorver a mão de obra disponível. Será fundamental para o país incentivar as potencialidades das pessoas capazes de contribuir para a elevação da produção e da produtividade.

A situação interna é favorável, pois o país conta com uma população mais bem preparada no que diz respeito à estrutura etária, saúde, e educação. Nesse

final do século XX, o retorno social e econômico das pessoas é maior devido à combinação entre as estruturas demográfica e social que apresentam-se bem mais favoráveis do que no início do mesmo século, favorecendo a poupança e o investimento tanto das famílias quanto da sociedade.

Portanto, a população não é um entrave, e sim um fator impulsionador para o desenvolvimento do país. Mas cabe aos governos, desenvolverem ações e investimentos direcionados a essa População Economicamente Ativa. E resta a nós, cidadãos brasileiros, exigir de nossos representantes, que não desperdicem essa “Janela de Oportunidades”.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2002. (Texto para discussão n. 4).

ALVES, José Eustáquio Diniz. **As Características dos Domicílios Brasileiros entre 1960 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2004. (Texto para discussão n.10).

ALVES, José Eustáquio Diniz; BRUNO, Miguel A. P. **População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: Como Aproveitar a Janela de Oportunidade Demográfica**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2006. (Texto para discussão).

AYDOS, Mariana Recena. **Migrações Internas no Brasil Contemporâneo: Reflexões Teóricas e Analíticas dos Principais Fluxos Interestaduais 1930-2008**. In: XVI SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DO IPPUR/UFRJ, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos/Mariana_Aydos.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2011.

BARLOW, Robin. Population Growth and Economic Growth: Some More Correlations. **Population and Development Review**, v. 20, n. 1, p. 153-165, mar-1994.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Dinâmica Populacional Brasileira na Virada do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2004. (Texto para discussão).

BLOOM, David E.; CANNING, David. Global Demography: Fact, Force and Future. **The WDA – HSG. Discussion Paper Series on Demographic Issues**, St.Gallen, Switzerland, n. 2006/1, 2006.

BRITO, Fausto. **A Transição Demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a Economia e a Sociedade**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

BRUNO, Miguel A. P. **Acumulação de Capital, Distribuição e Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise dos Determinantes de Longo Prazo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (Texto para discussão nº 1364).

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Crescimento Populacional e Estrutura Demográfica no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns Conceitos Básicos e Medidas em Demografia**. 2. ed. Minas Gerais: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1998.

CONDORCET, Jean Antonio Nicolas. **Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano**. Traduzido por Carlos Alberto Ribeiro de Moura. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 2003.

_____. **Síntese de Indicadores 2008**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2008.

_____. **Tendências Demográficas - Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000**. 2007.

LACERDA, Antônio Corrêa. et al. **Economia Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MADEIRA, J. L. Malthus, Marx e o papel da população no desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.40, n.157-158, p.15-26, 1979.

MADEIRA, João Lira. **Malthus, Marx e o Papel da população no Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE. (Texto para discussão).

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARTINE, George. O Lugar do Espaço na Equação População/Meio Ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul/dez. 2007.

MARTINE, George; CARVALHO, José Alberto Magno; ARIAS, Alfonso Rodrigues. **Mudanças Recentes no Padrão Demográfico Brasileiro e Implicações para a Agenda Social**. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão nº 345).

MEDICI, André Cezar; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Transição Demográfica no Brasil: Uma Agenda Para Pesquisa**. In: IV CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACION, 1993, Cidade do México. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/146/149>. Acesso em: 17 de janeiro de 2011.

MELLO, João Manoel Cardoso. **O Capitalismo Tardio**. 9ª ed. Editora Brasiliense, 1994.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NERI, Marcelo Côrtes. **Perfil das Mães Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2005.

OSORIO, Rafael Guerreiro; PIOLA, Sérgio Francisco. **Chefia Feminina e Saúde: um Enfoque Preliminar**. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS DO XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/osorio_&_piola.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2011.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das Causas às Consequências Econômicas da Transição Demográfica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul/dez. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimentos migratórios no Brasil: Tempos e Espaços**. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2003. (Texto para Discussão nº 7).

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, Francisco Luiz; CAVINATTO, Vilma Maria. **Lixo de Onde Vem? Para Onde Vai?** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

SARTORIS, Alexandre; SOUZA, Jobson Monteiro. **Interações entre economia e demografia: as previsões da teoria e o caso brasileiro**. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 1., 2004, Caxambú. Anais. Caxambú: ALAP, 2004.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões. **Elementos de Demografia Econômica**. São Paulo: LCTE, 2006.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: UFRR, 2007.